

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

YVES MARCEL SERAPHIM

LUTAR COM O FUMO

Uma etnografia da roça na fumicultura do
Alto Vale do Itajaí, SC

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Seraphim, Yves Marcel

Lutar com o fumo : uma etnografia da roça na fumicultura
do Alto Vale do Itajaí, SC / Yves Marcel Seraphim ;
orientador, Rafael Victorino Devos, 2019.

91 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Antropologia,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Fumicultura. 3. Antropologia da
Técnica. 4. Antropologia Rural. 5. Alto Vale do Itajaí -
SC. I. Devos, Rafael Victorino. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em Antropologia. III. Título.

LUTAR COM O FUMO

Uma etnografia da roça na fumicultura do
Alto Vale do Itajaí, SC

Yves Marcel Seraphim

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Antropologia da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do grau de Bacharel em
Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Victorino
Devos.

Banca examinadora

Prof. Dr. Gabriel Coutinho Barbosa – Presidente (DepAnt – UFSC)

Prof. Dr. Jeremy Paul Jean Loup Deturche (DepAnt – UFSC)

Profª. Dra. Raquel Mombelli (ABA)

*A todos e todas que lutaram
e que lutam com o fumo.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Edith e Dalmir, devo, além de uma vida de conforto, o apetite de aprender que na universidade amadureceu no ofício da pesquisa. Ser filho de dois professores me ensinou desde cedo que não há hora, nem lugar definido para o conhecimento. Tudo é conhecimento e todo conhecimento é afeto. Com eles aprendi que amar e conhecer andam juntos.

Na universidade fiz amizade com colegas e professores. Mais uma vez, aproximar-se das pessoas envolvia ciência e conhecimento. Pelas conversas, debates, críticas, conselhos, perguntas e respostas sou grato. Agradeço aos colegas da Antropologia, graduação e PPGAS, em especial à turma de 2016. Foi bom crescer juntos. Nos núcleos de pesquisa encontrei lugares em que discutir dava gosto. Os colegas que conheci no GESTO (Grupo de Estudos de Oralidades e Performance) e no CANOA (Coletivo de Ambientes, Práticas e Percepções) demonstraram possibilidades de pesquisa e maneiras de estudar. Valorizo os diálogos que com eles tive. Estou também em dívida eterna com as professoras e os professores da Antropologia e de outros cursos na UFSC que acolheram meus questionamentos, todos com extrema competência profissional e alguns com caprichos de cuidado e carinho. Em especial, agradeço a meu orientador Rafael Devos, o qual abraçou com entusiasmo este projeto após uma tentativa frustrada e manteve alta a expectativa do que eu poderia fazer e refazer. Essas linhas são também suas.

À Larissa, reservo versos potentes que com ela aprendi: “nós vamos prosseguir companheira, medo não há. No rumo certo da estrada unidos vamos crescer e andar”.

Aos convivas – humanos, animais e vegetais – da Caixa 2. Obrigado pelos almoços, cafés, cervejas. A lembrança de Floripa sempre passará pela vista que compartilhávamos de cima do morro. Meus afetos e minhas pernas não esquecerão. No mais, porque seria impossível citar todos os amigos, agradeço aos *bastieiros* no mesão do CFH, ao poeta e às caronas de Bea e Bruno – e todos nelas envolvidos.

Agradeço às agricultoras e aos agricultores que me receberam em suas roças e casas dividindo o serviço, a mesa, o mate, além de conversas e memórias. Sua paciência foi de primeira importância para que eu me visse um *camarada*. Permaneço em admiração a todos que fazem da terra sua vida. No mais, sou grato a tantos outros amigos – aqui inomináveis – no Alto Vale do Itajaí que me acompanharam na entrada do campo.

Por fim, é preciso agradecer à UFSC e todos que nela estudam e trabalham. Viver a universidade pública brasileira é conhecer pessoas cuja mescla de sonho e estudo é perpassada por projetos para um Brasil menos desigual e mais consciente de sua história. Hoje, mais do que nunca, brado um retumbante obrigado à universidade, lugar que oferece a brasileiros e brasileiras coisa que força alguma pode lhes expropriar, educação.

*Miro en alba mis manos,
Miro en las manos las venas;
Com extrañeza las miro
Como si fueran ajenas*

Milonga de Manuel Flores
Jorge Luis Borges
(Cá escrita com a melodia de
Vitor Ramil em mente)

RESUMO

Esta etnografia com fumicultores e fumicultoras no Alto Vale do Itajaí, SC pesquisa modos de composição das roças e as atividades que nela se realizam. Nesse esforço, articulam-se as antropologias multiespécies e da técnica aos estudos do campesinato para perceber como diversos seres, materiais e habilidades estão entrelaçados em um processo agroindustrial de acumulação capitalista. Assim, o foco nos agrotóxicos permite observar a permutabilidade de materiais e seres nas tarefas na roça, bem como exige outra leitura da ética do trabalho camponesa, além de indicar a continuidade entre atitudes agrícolas e trabalhistas. Centra-se também no que é considerado o diacrítico entre o fumo e outros cultivos, isto é, o ritmo, cujo estudo ressalta as tensões práticas entre habilidades e equipamentos de proteção, entre as atividades na roça e a pressão produtiva, e, enfim, entre a relação contratual com as fumageiras de venda de mercadoria e as queixas acerca da desvalorização da mão-de-obra.

Palavras-chave: Antropologia da técnica. Fumicultura. Roça. Agroindústria

ABSTRACT

This ethnography with tobacco growers in the Alto Vale do Itajaí, SC researches modes of tillage composition and the tasks that are performed in it. In this effort, multispecies anthropology and anthropology of techniques are combined with peasant studies in order to perceive how various beings, materials and skills are entangled in an agroindustrial processes of capitalist accumulation. Thus, the focus on agrochemicals allows us to observe the interchangeability of materials and beings in the tillage's tasks and it requires an other reading on peasant labour ethics, as well as it indicates the continuity between agricultural and labour attitudes. It also centers on what is considered the diacritic between tobacco and other crops, that is the rhythm whose study highlights the practical tensions between skills and protection equipments, between tasks in the tillage and productive pressure, and at last between the contractual relation of commodity sales with tobacco companies and complaints concerning devaluation of manpower.

Keywords: Anthropology of techniques. Tobacco growing. Tillage. Agroindustry

SUMÁRIO

Introdução, 12

Capítulo 1 – Entrelaçando a roça, 21

- 1.1. A condição generalizada do *serviço*, 22
- 1.2. A ética do trabalho estendida e os agrotóxicos indomáveis, 31
- 1.3. Da recusa ao *veneno* (e ao *patrão*), 39

Interlúdio – Ausência no altar, 50

Capítulo 2 – O ritmo da luta, 53

- 2.1. O ritmo da safra e a safra do ritmo: os pés de um etnógrafo-metrônomo, 54
- 2.2. “Fumo não espera”: trabalhar entre o habitar e a mercadoria, 64
- 2.3. A (agro)indústria em questão: a mão-de-obra, o *camarada* e o ritmo, 73

Considerações finais – A roça e a indústria, 81

Referências bibliográficas, 85

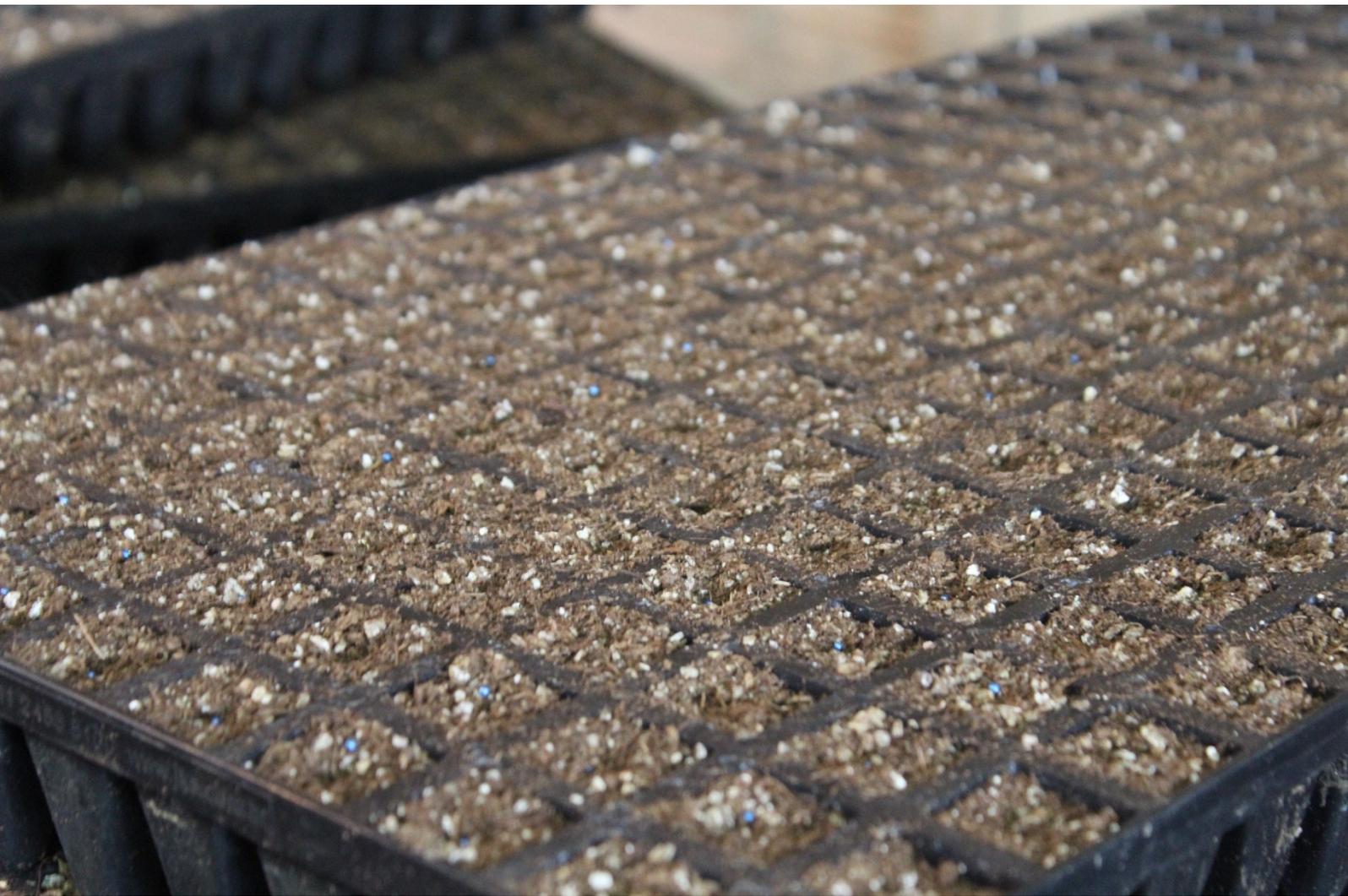
ÍNDICE DE IMAGENS

Tabela

Tabela 1 – Comparação entre contextos de camponeses-industriários.....	77
--	----

Fotografias

Fotografia 1 – Estevão mostra o cipó na roça.....	27
Fotografia 2 – Mudanças de melancia em bandejas do tabaco.....	30
Fotografia 3 – Material explicativo do uso dos EPIs	60
Fotografia 4 – Sementes que sobraram após a semeadura.....	74



INTRODUÇÃO

Essa monografia trata das roças na fumicultura no Alto Vale do Itajaí, SC, em especial de como fumicultores e fumicultoras as compõem e nelas trabalham. A partir de interações entre práticas humanas e não-humanas o presente estudo é também uma tentativa de realizar uma etnografia da agroindústria por meio do cultivo do tabaco (*Nicotina tabacum*) de tipo Virgínia¹. Além disso, parte do objetivo é contribuir à literatura acerca da fumicultura brasileira observando as considerações que um trabalho de campo engajado nas atividades cotidianas do cultivo e da safra pode provocar.

A premência de uma análise antropológica voltada às atividades vivenciadas na produção agrícola perseguiu o etnógrafo mesmo antes de encontrar os primeiros interlocutores. No carro que levantava a poeira das estradas interioranas do Alto Vale, uma estação local de rádio anunciava: “Essa próxima música o Erison tá oferecendo pra todo mundo que tá que nem ele, no serviço da estufa”. A estufa referida é a instalação responsável pela secagem das folhas de fumo colhidas. Geralmente ela está na propriedade² do fumicultor e anexada ao galpão. Ali fumicultoras e fumicultores passam horas a fio tirando folhas secas da estufa e a preenchendo com outras recém colhidas. Nas vezes em que ouvia o rádio no Alto Vale do Itajaí um locutor, uma locutora ou mesmo os agricultores e agricultoras – via mensagens de voz enviadas à emissora – pediam essa ou aquela canção para ajudar no embalo da labuta, ou para animar o gole de cerveja do fim da jornada de trabalho.

Manhã, tarde e noite, o rádio não parava, tampouco o trabalho com o fumo. Na roça, no galpão, na estufa e em casa. A isso chamavam de ritmo e com o ritmo referenciavam a vida na *luta do fumo* ou de, na forma verbal mais comum e que intitula nosso trabalho, *lutar com o fumo*. O modo pelo qual as tensões na fumicultura são percebidas e discutidas localmente não difere em natureza do modo pelo qual mãos e pés de trabalhadores e trabalhadoras tensionam dia após dia. Essa era a aposta que motivava

¹ As principais variedades de tabaco cultivados no estado de Santa Catarina são Virgínia, Burley e Comum. O tipo Virgínia lidera com grande vantagem a produção (KOPPER-MÜLLER; TAVARES, 2018). É importante explicar que ao passo que o tipo Virgínia demanda a colheita das folhas, as quais são arrancadas do pé, que permanece na roça, o tipo Burley implica a colheita dos pés inteiros. As duas apresentam ainda diferentes processos de secagem.

² O termo “propriedade” é amplamente empregado na região para se referir às unidades agrícolas sob a posse de cada nexo familiar, o que pode implicar uma só propriedade da família “x” contendo duas casas e duas roças distintas, cada uma de um núcleo familiar distinto e complementar.

um trabalho de campo focado nas práticas e nas técnicas que cultivam e colhem fumo. Ao longo do trajeto de pesquisa, tornaram-se notáveis os materiais, seres ou de modo mais amplo, as práticas não-humanas que atravessam e/ou medeiam a relação com as plantas. Por isso, estudar as ações na roça implicou estudar *interações* na roça.

O campo em questão se deu na região do Alto Vale do Itajaí no Leste do estado de Santa Catarina no Sul do Brasil³. Trata-se de uma região voltada para atividades agrícolas e composta principalmente por minifúndios (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006). Conforme os dados expostos pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), 21 dos 28, ou seja, 75% dos municípios que atualmente compõem a região apresentam a agropecuária como principal atividade e fonte econômica (AMAVI, 2009), situação capitaneada pelos cultivos de fumo e cebola. No entanto, convém adiantar que não subscrevemos a monografia à divisão presente no citado relatório entre agropecuária e indústria, algo cuja recusa será parte de nosso argumento central. As roças em que estive não fazem parte de uma mesma comunidade, pois estão espalhadas em diferentes municípios ou localidades da região, sendo, então, o fato de compartilharem a atividade da fumicultura no Alto Vale do Itajaí o que os une sob o signo da *luta do fumo*.

Iniciado em novembro de 2018 o trabalho de campo se estendeu, ainda que não em uma continuidade integral, até meados de maio de 2019, seguido posteriormente de visitas rápidas e esporádicas até agosto do mesmo ano. Ao longo desse período estive nas propriedades de cerca de dezena de famílias fumicultoras. Haja vista a época do ano, acompanhei em especial a etapa de colheita do fumo⁴. Em que pese a monografia se concentre nas atividades agrícolas relativas à produção de tabaco, durante os momentos em que estive em campo conheci outros agricultores e agricultoras trabalhando em diferentes cultivos, além de demais habitantes do Alto Vale do Itajaí. Diversas pessoas

³ Os municípios que compõem o Alto Vale do Itajaí contabilizam vinte e oito e são eles: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum.

⁴ O cultivo do tabaco começa em meados de maio com a sementeira em bandejas de isopor que são em seguida alocadas em canteiros cobertos próximos às casas, onde crescem até o mês de agosto, quando as mudas são transplantadas para as roças. Em novembro ou dezembro começa a colheita das folhas e o consequente processo de secagem na estufa. Posteriormente as folhas de tabaco devidamente secas são organizadas em diferentes etapas e modos para o transporte (por conta do agricultor) até a estação mais próxima da fumageira integradora em questão, onde as folhas serão classificadas pelos técnicos da empresa e, conforme a classificação, compradas em diferentes valores. A etapa de ordenamento e venda ocorre de fevereiro/março até maio. Nota-se que o calendário aqui descrito se ocupou mais das experiências dos interlocutores em campo no Alto Vale do Itajaí do que com uma totalidade estatística do sistema integrado.

compartilharam comigo suas refeições, seus bailes, seus cultos e suas histórias. Todas essas instâncias não estão cindidas entre si e das atividades produtivas e são, portanto, de igual relevância para a análise antropológica sobre a fumicultura.

Quanto aos sujeitos de pesquisa, vale destacar que, para além classificação de fumicultores, a principal categoria identitária mobilizada por todos interlocutores era a de *colono*⁵. Não necessariamente todos eram descendentes de imigrantes alemães ou italianos, e ainda assim a categoria persistia, o que não menospreza a possibilidade hipotética de que teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros valorassem negativamente os demais chamados por vezes de *brasileiros*. No mais, o que se tornou patente no convívio com os fumicultores é que, embora nem todo mundo que se relacione com a roça seja *colono*, todo *colono* se relaciona com a roça.

Tendo em vista a proeminência da roça neste estudo, convém salientar que aqui ela será menos descrita pelos modos como os camponeses a concebem e distinguem dos demais espaços cotidianos, figurando, primeiramente através das atividades, seres e materiais que a compõem. A pesquisa deve tal enquadre aos atuais estudos brasileiros em antropologia da técnica, em especial aquelas cujos campos foram nos interiores do país. Entre eles se destaca a etnografia de Eduardo di Deus (2017) a qual proporciona uma nova perspectiva ao estudo diacrônico e sincrônico da haveicultura no Brasil através da atenção à dinâmica histórica e presente das técnicas de extração de látex efetivada por um proletariado rural em transformação. É nessa interface entre as práticas ditas produtivas que unem humanos e não-humanos e a reflexão de processos sociológicos dos brasileiros e brasileiras interioranos que buscamos o fundamento poucas vezes diretamente referenciado no corpo do texto, porém latente em toda sua extensão.

Outra contribuição que a matriz disciplinar da antropologia da técnica (mas não apenas ela) ofereceu ao trabalho, diz respeito a como agir em campo. Bem como di Deus empenhou-se a extrair látex das seringueiras (DI DEUS, 2017) e como Carlos Sautchuk tentou se habituar ao lançamento do arpão no contexto pesqueiro amazônico (SAUTCHUK, 2007), foi por meio do engajamento nos *serviços* da roça que aprendi diversas lições acerca das relações sociais na fumicultura, notando as diferenças entre minhas práticas inexperientes e àquelas de habilidosos agricultores e agricultoras. O

⁵ Ao longo da monografia as categorias que se referem aos sujeitos de pesquisa podem variar entre colonos, agricultores, fumicultores e produtores, esta última segundo a perspectiva das empresas (utilizada pelos sujeitos quando discursam a respeito de suas relações com as mesmas).

objetivo dessa proposta – além do que ela não objetiva – pode ser sintetizado da seguinte maneira:

“A ideia de prática não remete aqui, que fique bem claro, a qualquer acepção sobre mimese do nativo ou sobre “tornar-se um deles”. Trata-se, isto sim, de proporcionar relações que não restrinjam a empiria etnográfica ou o fazer antropológico ao que pode ser visualmente percebido ou verbalmente comunicado. Afinal, procuramos caminhar justamente na direção de uma aproximação etnográfica que evitasse reproduzir o contraste entre saber e fazer, intelecto e ação” (SAUTCHUK; SAUTCHUK, 2014, p. 576).

Parece impraticável a discussão a respeito da fumicultura catarinense ou brasileira sem algum grau de conhecimento sobre o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT). Por isso, já na introdução cabe delinear parcialmente sua estrutura e operação no que concerne à parte dos agricultores, chamados de “produtores” dentro do sistema. As propriedades na região estruturada em minifúndios, são legalmente dos agricultores, algumas há décadas, outras adquiridas recentemente. O sistema integrado existe há mais de um século no Brasil e hoje opera da forma que resumiremos em sequência.

O estabelecimento de um contrato de compra e venda firma, durante a vigência contratual mínima de uma safra, a relação entre integradora (empresa fumageira) e integrado agricultor⁶. Tal relação não é empregatícia e implica compra e venda para ambos os lados. Cabe ao agricultor comprar os insumos (sementes, agrotóxicos prescritos, ferramentas, bandejas etc.) e equipamentos de proteção individual da integradora, além de garantir a produção do tabaco para venda à mesma empresa. O preço das classes de qualidade do tabaco é pré-estabelecido antes do início da safra e a empresa fornece assistência técnica aos agricultores por meio de instrutores/orientadores de fumo, os quais realizam uma estimativa prévia de qualidades e valores da safra do integrado, estimativa essa que fixa uma espécie de teto do preço obtido ao fim do negócio, o qual em certos casos pode ser flexibilizado em determinada porcentagem para mais ou para menos.

Do outro lado, compete às empresas a indicação técnica dos materiais, assim como sua disponibilidade para aquisição, o que, na prática, implica que o contrato acarreta na venda por parte das empresas dos insumos e demais equipamentos necessários à produção integrada. Além disso, as empresas se comprometem a comprar integralmente dos agricultores o tabaco envolvido no acordo. Logo, boa parte dos fumicultores e fumicultoras produzem sabendo para quem venderão o tabaco e qual as possibilidades de

⁶ É comum que os responsáveis pelos contratos sejam homens, nominalmente o “pai da família”. A esposa e filhas figuram como força de trabalho familiar, porém não é a eles que se dirigem as instruções técnicas das fumageiras, igualmente estabelecidas através do contrato.

valor que receberão em troca da mercadoria. Ainda assim, é comum ouvir que as fumageiras “são ingratas”, “pagam pouco” ou de forma mais ampla “desclassificam”, isto é, rebaixam sem critérios objetivos a classe de qualidade da folha de tabaco, o que leva à diminuição do faturamento da safra.

Há, contudo, alguns produtores independentes, os quais não se integram contratualmente com quaisquer fumageiras. Sua produção é vendida para as empresas que aceitam comprar lotes alheios ao sistema integrado. Às vezes essa venda é mediada ainda por um atravessador, o qual supostamente tem boas relações com as empresas em diferentes lugares do país ou mesmo na vizinhança sul-americana. No entanto, é preciso ressaltar que a recusa por parte de alguns fumicultores ao sistema integrado não representa uma negação total à industrialização da roça. Como veremos, são relações particulares que incidem na decisão de operar diferentes modos de produzir tabaco. Ademais, parte do que a pesquisa pretende demonstrar é como a indústria não é sinônimo único das estruturas centrais de capital e logística, ou seja, a indústria está também nas práticas que conjugam humanos e não-humanos.

Afora a expectativa de se inserir na articulação entre antropologia da técnica e antropologia rural, a monografia pretende contribuir à literatura multidisciplinar sobre a fumicultura. Nesse sentido, muito se discorreu a respeito do sistema integrado da fumicultura sulista enquanto representante da estruturação do capital nas áreas rurais. Alguns autores apontam as particularidades da dinâmica histórica e da estrutura da cadeia produtiva e sua relação com políticas de mercado (DUTRA; HILSINGER, 2013), outros indicam o enraizamento das políticas de modernização (MÜLLER, 2001), outros, a complacência da justiça perante as condições de trabalho (ALMEIDA, 2005) e há ainda aqueles que explicitam diferentes tipos de exploração, seja do trabalho infantil (CONDE, 2012), seja das matas nativas (DIONÍSIO, 2016). Ademais, há uma gama de produção científica na área da saúde centrada nas influências sensíveis do fumo e dos agrotóxicos sob os trabalhadores (RIQUINHO; HENNINGTON, 2014; MARTINS et al., 2016). Os trabalhos citados representam uma parcela pequena das produções acadêmicas que discorrem sobre a amplitude da atuação do fumo e das fumageiras nos campos e nas vidas do Brasil meridional.

Nossa pretensão, todavia, demanda não separar a análise das condições de acumulação capitalista do estudo das transformações concretas no modo de perceber e agir dos fumicultores e fumicultoras em meio a plantas e insumos. Daí o fato de a

etnografia tratar de agrotóxicos ao mesmo tempo que trata da relação entre integrado e integradora. Daí a necessidade de fazer do concreto, objeto da análise social e crítica.

Nesse sentido, o diálogo constante com a parcela mais recente da obra de Anna Tsing merece alguns apontamentos. Em *The Mushroom at the End of the World* (TSING, 2015) a autora realiza o que pode ser chamado de uma etnografia do capitalismo. Essa proposta é especialmente conduzida por meio do estudo de como as relações entre humanos e outros seres não-humanos – em voga na antropologia – ou mesmo de como as relações entre não-humanos são capturadas por uma infraestrutura capitalista que mercantiliza todo tipo de forma de vida por meio de um *modus operandi*, cuja eficácia se alimenta da diversidade de relações, permitindo, apenas para perpetuar o fluxo – engasgado – de mercadorias e capital, margens de manobra em que disposições e habilidades particulares e locais.

Sua pesquisa se debruça sobre os modos pelos quais o cogumelo matsutake é transformado desde as transferências globais – intencionais ou não – que o fazem encontrar variados biomas, aos grupos étnicos que com diferentes técnicas os coletam nas florestas, às conversões financeiras por atravessadores que na venda do cogumelo conjugam economias de países distintos, ao valor de dádiva que ele encontra no consumo partilhado dos japoneses, entre outras mediações e mudanças. No caso do fumo enxergamos o mesmo tipo de processo e tal qual Tsing (porém, é claro, com escala empírica e pretensão menores) ao longo da monografia nos deteremos sobre a acumulação de resgate⁷, atentos à reprodução do capital através das socialidades – e habilidades, vale acrescentar – entre humanos e não-humanos de modo que dinâmicas de vida são exploradas “não apenas as remodelando, mas também tirando vantagem de suas capacidades” (TSING, 2015, p. 62).

Outra questão, esta de ordem mais prática no que toca à redação da etnografia, deve ser mencionada. Uma vez que os agricultores e agricultoras com quem realizei meu trabalho de campo estão em sua maioria integrados à alguma empresa fumageira, e os que não o estão, podem se tornar futuramente, todas as identidades foram anonimizadas. Nomes e apelidos foram substituídos, algo que acarretou a não utilização de nomes de

⁷ Traduzimos “salvage accumulation” por acumulação de resgate, sendo que “salvage” pode significar: resgate, salvamento, recuperação. Para Tsing o conceito se refere aos processos, em especial aqueles distantes dos centros planejados do capitalismo, que traduzem objetos, relações e valores locais em mercadorias de ampla circulação. Nesse sentido, a noção de “resgate” nos pareceu eficaz em assinalar a conversão, a passagem de uma margem a um centro industrial que, segundo seus próprios preceitos, recupera – porque pressupõe – a primazia do caráter de mercadoria.

família, unidade de referência comum no Alto Vale do Itajaí, mas cuja possibilidade de substituição parece ineficaz, dado que há muitas famílias com sobrenomes similares e escolher um ao acaso poderia levar a confusões. Essa preocupação explica também o fato de se ocultar quais municípios foram visitados, permanecendo a todos momentos com a generalidade do Alto Vale, além de acarretar em um limite para os enquadres fotográficos, distanciados dos rostos e dos possíveis traços identificáveis das casas e galpões dos sujeitos de pesquisa.

A monografia está organizada em dois capítulos separados por um interlúdio. O primeiro capítulo versa a respeito da composição da roça, isto é, as atividades de humanos, animais, plantas e agrotóxicos que efetivam – ou desativam – as potências produtivas da lavoura de tabaco. Assim, no início se demonstra como a ação eficaz – chamada de *serviço* – está distribuída entre vários entes, algo que chamamos de condição generalizada do *serviço* em uma paisagem de atividades permutáveis. Como consequência do reconhecimento de *serviços* para além de humanos, lança-se uma nova luz sobre a discussão da ética camponesa do trabalho, a qual remete à tensão entre liberdade e vínculo com empresas. Tal contradição é lida a partir de uma matriz contínua de atitudes entre agrotóxicos e agricultores, e agricultores e fumageiras. Logo, a análise prossegue atenta ao que está implicado em um caso de recusa do uso de agrotóxicos, algo que revela possibilidades de diferentes coordenações técnicas.

O interlúdio ilustra uma cena ritual cuja ausência de uma folha de tabaco levanta a questão acerca de sua particularidade no Alto Vale do Itajaí. O segundo capítulo, por sua vez, oferece uma resposta possível, qual seja o ritmo na fumicultura. Assim, desdobra-se o conceito de “ritmo” em elaborações antropológicas sobre o acoplamento entre percepção e ação e em elaborações nativas sobre a ininterrupção dispendiosa do trabalho no fumo. A primeira permite observar a contradição entre habilidade produtiva e o uso de equipamentos de proteção individual na colheita do fumo, em especial no que concerne aos pés e calçados. A segunda aponta como o ritmo é a tensão reveladora dos problemas e contradições da *luta do fumo*, ou seja, o trabalho na chuva, o risco de alta absorção de nicotina (*porre de fumo*), a duração do cuidado com a operação da estufa, máquina que, com efeito, perpassa e faz convergir diversas etapas produtivas. Outra aparente contradição centra o final do capítulo: embora o sistema integrado opere através de compra e venda de mercadorias, fumicultores reclamam que a mão-de-obra não é paga. A fim de compreender essa tensão discute-se a interface com uma forma de proletariado rural, o *camarada*. Ademais, apresenta-se a categoria de camponês-industriário para dar

conta das articulações entre diferentes formas de trabalho rural cujas relações entre si e habilidades com o ambiente são convertidas em valor capitalista, fato que parece se tornar explícito no Alto Vale por meio do ritmo.

Enfim, esta etnografia descreve homens e mulheres pelo que fazem na fumicultura e pelo que a fumicultura deles faz. A roça, por sua vez, não deve ser entendida enquanto o palco das atividades sobre as quais versaremos, mas como o acontecimento vivo que delas emerge. Do mesmo modo, a indústria não é um termo que paira sobre a roça, apropriando-se de suas potências somente ao fim do processo produtivo. Antes, trata-se do entrelaçamento capitalista dentro das dinâmicas vitais de plantas e humanos. Industrial é aqui, além das condições produtivas que uma estrutura de mercado demanda, um modo de agir e fazer, como qualquer outro, irremediavelmente criativo e social, o qual afeta de uma só vez, a maneira com a qual se cultivam tabaco e relações de trabalho.



CAPÍTULO 1 – ENTRELAÇANDO A ROÇA

Não era bem o que eu imaginava. Meu primeiro encontro com pés de fumo estava repleto de tons rosa-claro salpicados sobre o verde da roça. Eram flores. O serviço do dia em que entrei em campo se concentrava em ações sob as flores que se esticavam nas pontas dos pés de fumo. Alfredo e João, que me aceitaram de *camarada* por alguns dias, chamavam a atividade de *capação*. Cada pé de fumo – à época (novembro) já relativamente maduro - seria visitado e seu(s) broto(s) seriam *quebrados*, isto é, arrancados do corpo vegetal. Conforme a maturação de cada indivíduo, alguns apresentariam flores, outros, apenas brotos verdes se expandindo para fora do caule. Ambos casos encontravam seu fim nos gestos ágeis das mãos dos trabalhadores

As mãos que atravessam a roça, contudo, podem nos contar outras histórias de encontros, alguns dos quais presenciei, outros dos quais pude ouvir durante o serviço. Encontros entre o *mel* que a flor do tabaco produz e os insetos sedentos que acabam presos na viscosidade do líquido. Ou o encontro do mesmo *mel* com a boca de quem trabalha e sem querer impulsiona as flores de tal maneira que tem a boca infestada pela esquisita doçura melada. Há ainda encontros entre teias de aranha e suas presas. Encontros entre mato e roça. Entre pinus – hoje ausentes – e o solo ao redor. Entre agrotóxicos e plantas – tanto fumo quanto inço.

E enquanto que nem todo encontro atual é contado com felicidade, a lembrança de outros desperta certa nostalgia. Alfredo e sua sobrinha Lurdes enxergam na roça a ausência de antigos amigos. “Antes tu ia fazer serviço na roça e era atropelado de tanto beija-flor que passava pelas flores” com o aval do tio que assentia com a cabeça enquanto tomava chimarrão em um final de tarde após o serviço.

O beija-flor não era o único a cada vez menos frequentar a roça. Na manhã seguinte quando adentrávamos a roça para iniciar a jornada, Alfredo comentava com Agenor, marido de Lurdes, e que havia me levado até lá, o quão difícil estava de cultivar abóboras, ao menos com um tamanho razoável, uma vez que as abelhas também não apareciam para fazer sua parte. Agenor logo pontuou: “Ah, mas pra isso tem um veneninho que tu bota na seringa e injeta na abóbora. Faz direitinho o serviço da abelha”.

Ainda assim, mesmo diminuta se comparada com outrora, a presença das abelhas (nativas e africanas) se faz notável em uma dimensão, a princípio, bastante distinta da citada acima, onde sua falta remete a uma participação positiva no processo produtivo da

abóbora. A outra modalidade de ação se inscreve em uma aparente inversão. Se há pouco ela foi descrita pelo *serviço* que realiza, agora ela será apresentada pela *praga* que pode se tornar.

Alfredo conhece desde a infância a potência assustadora das abelhas. Quando criança presenciou a criação – gado e porcos – de um vizinho ser quase dizimada por um enxame que ferroava os bichos. Seu pai apenas conseguiu soltar alguns cavalos e vacas que conseguiram fugir. Hoje é ele quem lida com efeitos amargos que as abelhas podem trazer. Alfredo teve duas novilhas mortas recentemente.

Outro entrave que elas podem causar se dá durante o *serviço*. Caso um grande enxame sobrevoe a roça enquanto agricultores e agricultoras trabalham, todos interrompem as atividades e vão de rápido encontro ao chão. É preciso esperar até que o enxame passe, para evitar sua atenção e as possíveis ferroadas.

São histórias como essas do entrelaçamento entre humanos, animais, insetos, plantas, agrotóxicos que animarão este capítulo. E, como se pretendeu esboçar com o caso da abelha, é através da chave relacional – e ambígua – entre a condição generalizada do *serviço* e a incidência das *pragas* que iniciaremos descrição e análise da roça de fumo no Alto Vale do Itajaí.

1.1. A condição generalizada do *serviço*

Em fevereiro, após três meses de trabalho de campo, fui à casa de Silvio. Lá eu não iria à roça. O motivo de minha visita era mais pontual. Dois dias antes, um incêndio durante a madrugada havia queimado seu galpão. Exceto um trator e dois carros – um dos quais não era da família, mas de um amigo –, que Silvio e o filho conseguiram manobrar a tempo, tudo o que havia no galpão se perdeu nas chamas. Era ali que ficavam duas estufas⁸ de fumo, que na hora do incêndio secava por meio da estufa as folhas de fumo. Também ali estavam as folhas já curadas, esperando para serem postas em fardas para a venda, além de um tobata⁹, ferramentas, máquinas, freezer com carne de sua criação, três porcos e uma vaca leiteira.

A estufa deve ser vigiada constantemente enquanto está ligada, a fim de que se mantenha a temperatura na medida planejada. Foi precisamente isso que fez Silvio. Era

⁸ Instalações de operação térmica que secam as folhas de fumo através da queima de lenha.

⁹ Tobata originalmente designava uma marca japonesa de micro-tratores, a qual através de um processo metonímico serve na região para designar qualquer micro-trator independente da marca.

madrugada, cerca de 3:00 horas quando checkou a temperatura e voltou para a casa, poucos passos ao lado. Minutos depois o fogo se espalhava enquanto os cães ladravam. Segundo o que especulavam então, a provável causa era um curto circuito. Em meia hora os bombeiros chegaram no local e controlaram as chamas, auxiliados por Silvio e os vizinhos, que indicavam em que local era possível extrair água do rio e que, em primeiro lugar, haviam ido de carro até próximo do asfalto para que os bombeiros não se perdessem na estrada de chão interiorana.

Pisando no ladriho chamuscado do que há pouco fora o galpão, olhávamos o que restou do acidente. Na pilha das folhas de fumo já curadas, o tom escuro e tostado havia tomado lugar do habitual amarelo amarronzado. Silvio, contudo, chamou a atenção para o meio da pilha. Ele notara que a porção central de folhas não havia sido completamente destruída, pois as folhas abaixo e acima retiveram o efeito das chamas. Aliás, era com algumas dessas folhas que Silvio e seus familiares trabalhavam no instante em que cheguei em frente ao seu paiol.

Após mostrar o que se foi e o que ficou, Silvio permanecia tranquilo. Seu comentário mais emotivo não foi acerca da perda desse ou daquele material, tampouco o prejuízo monetário. “O difícil é o cara acordar no outro dia e não ter onde fazer o serviço. Fica que nem barata tonta”. A súbita perda do lugar onde se realizava o trabalho parecia afetá-lo mais do que a perda dos frutos do trabalho.

A narrativa de Silvio inicia a presente seção, pois através dela podemos notar a mobilização da categoria *serviço*¹⁰. O termo surgiu desde o primeiro dia de campo e faz parte de um léxico compartilhado para descrever ações humanas e não-humanas. O exemplo do cultivo das abóboras de Alfredo já apresentou uma das características que será ressaltada aqui, isto é, a permutabilidade do *serviço*. No caso citado, a atividade que antes era realizada pelas abelhas passou a ser operada por um agrotóxico, que “faz direitinho o serviço da abelha”.

A proposta é observar como, para os agricultores e para as agricultoras que conheci, diversas relações multiespecíficas estão entrelaçadas pelo que chamaremos de condição generalizada do *serviço*. Hipótese similar foi aventada por Ellen Woortmann nos textos que abordam os saberes agrícolas dos camponeses. O conceito de “internalização dos supostos da produção” (WOORTMANN, 1991, 2009) foi elaborado

¹⁰ Ao longo da etnografia as categorias nativas são assinaladas em itálico, as categorias analíticas permanecem sem marcação especial e as citações nativas ocorrem dentro de aspas, bem como as acadêmicas, essas seguidas, é óbvio, das devidas referências.

para analisar as ações agrícolas que concatenam cultivos de tal modo que a produção de um se torne insumo para a produção do outro. De outro lado, os casos sobre os quais esta monografia se debruçará, a princípio, talvez fujam do consórcio entre dois cultivares produtivos, uma vez que as relações destacadas no Alto Vale misturavam seres, materiais e processos do Sistema Integrado da Produção do Tabaco com outros fora dos planejamentos associados à produção. Aos poucos se espera sublinhar como esse tipo de imbricação entre processos industriais e aqueles a sua margem não são resquícios, efeitos secundários, da estrutura capitalista, senão condições de sua perpetuação.

Convém, desde já, indicar algumas distinções entre a conceituação de Woortmann e a nossa. Um exemplo relevante surge durante uma descrição do consórcio entre a roça e a flor cravo-de-defunto, cujo cheiro espanta os insetos, assim protegendo o cultivo alimentar. Nesse contexto a autora diz: “De um lado, é a mesma lógica da internalização dos supostos da produção; *mas é também* uma prática ecológica” (WOORTMANN, 2009, p. 126) (grifos nossos), uma vez que se evita o uso de defensivos químicos na terra e nos alimentos. Embora a autora se refira a ambos “produção” e “ecologia”, a expressão “mas também” indica uma certa exclusividade de exemplos do tipo do cravo-de-defunto, relações “sustentáveis”, se comparado com outras instâncias da definição.

De nosso lado, espera-se implicar a constância de uma ecologia invariavelmente relacional, no sentido de perceber junto aos fumicultores como se dão e que efeitos têm as relações efetivadas entre agrotóxicos, máquinas, terra, inço, mata, fumo, entre outros, sem operar de antemão distinções entre os materiais, seres e ações diversos. Ademais, ao contrário de Woortmann que em alguns escritos reformula o conceito para “internalização dos supostos da *reprodução*” (WOORTMANN, 1998), com foco na elaboração simbólica dos entes agrícolas e da terra voltada para estratégias de perpetuação objetiva do grupo humano, preferimos manter a transitividade do produzir, a qual lança o humano em direção a variadas alteridades que excedem o *anthropos*.

“Esses inços atrapalham não. Tão aí porque quando o João foi passar veneno deu vento e chuva, aí o veneno não trabalhou direito” – disse Alfredo em resposta às minhas curiosidades acerca das plantas que dividam o espaço da roça com os pés de fumo. De Paulo, outro fumicultor com o qual trabalhei, pude ouvir um caso – até o momento – mais bem-sucedido do *serviço* do agrotóxico. “Botei o Furadan [Furadan 50 G] ali no canteiro. Agora ele trabalha noventa dias”. Eficazes ou não, os agrotóxicos emergem também através da condição de *serviço*, afinal *trabalham* com algum fim particular na roça. Assim, a perspectiva do *serviço* permite enxergar um pressuposto enfadonhamente em

comum para indústria e aqueles contra ela, isto é, a possibilidade de “falha” dos efeitos dos agrotóxicos.

O que se quer implicar é como no Alto Vale, ainda que a suposta função do agrotóxico não seja efetivada como se esperava, o fato de que houve e de que há um *serviço* permanece. Tal qual para os humanos, embora se possa discutir se *serviço* foi bem ou mal feito, não há dúvida que, em primeiro lugar, houve *serviço*.

Aqui convém trazer à baila uma das frases que escutei algumas vezes em campo: “quanto mais tu faz *serviço*, mais *serviço* tu encontra pra fazer”. Mais uma vez, falar em *serviço* no Alto Vale não pode se encerrar junto com o término de uma sequência de ações ou com a materialização de algum processo. Fazer *serviço* é agir no mundo percebendo-o, bem como perceber no mundo agindo nele – algo que ressoa o conceito de ritmo abordado no segundo capítulo. As palavras de Afonso refazem o argumento através da lógica negativa: “Por que o colono que é vagabundo não encontra *serviço* pra fazer? Porque não fez *serviço* pra começo de conversa. Porque quem faz *serviço* mesmo não para, porque só acha mais pra fazer”. Para os colonos a dimensão do trabalho é moral e constitutiva de uma noção teuto-brasileira, como Seyferth já bem descreveu (SEYFERTH, 1982). Por sua vez, nosso estudo pretende observar outra extensão da condição do *serviço*, aquela que atrela seres humanos e não-humanos.

Não é difícil notar alguns índices de *serviços* a serem realizados. Nas roças em que caminhei e/ou trabalhei quase sempre era possível enxergar pequenos buracos que furavam o verde das preciosas folhas de fumo. Era sinal de que alguma presença indesejada espreitava o crescimento planejados das folhas. Muitas vezes, trata-se de uma conhecida *praga*, o gervão (*Erinnyis ello*). No Alto Vale do Itajaí, “gervão” é um apelido às pessoas de apetite voraz. O mesmo se aplica para essa lagarta que se sacia com as preciosas folhas de tabaco. Como com toda *praga*, encontrar gervões implica, portanto, novos *serviços*, nem sempre humanos.

É da mata, quase sempre vizinha das roças, que vêm alguns dos seres que contribuem. Na propriedade de Alfredo é o bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*) que ronda os pés de fumo, mergulhando em direção ao gervão quando o encontra. Também lá os gervões são mortos por um fungo que os resseca. Já na roça de Estevão é o anu (*Crotophaga ani*) que sobrevoa o local em busca da lagarta. Quando esses seres são avistados na roça, sabe-se que estão fazendo *serviço*.

Não obstante, muitas vezes os gervões se proliferaram demais e/ou estão particularmente insaciáveis. Nesses casos, os bichos do mato “não dão conta do *serviço*”.

Os agricultores sabem que percebem que é preciso acionar o *controle químico*. Vários são os inseticidas que se pode escolher para aplicar na roça e acabar de vez com a *praga*. Aliás, este é um fato que não se deve subestimar. Embora outros seres também componham os *serviços* da roça, a composição mais constante e previsível será através de agrotóxicos. Se existe uma discriminação mínima entre o conjunto químico e aquele formado pela ação de outros seres, pretende-se, de nossa parte, enxergá-la como a distinção entre coordenações no sentido de Tsing (2019a), assunto que será retomado posteriormente neste capítulo. O que vale adiantar é a hegemonia da coordenação dos agrotóxicos, quase incontornáveis na fumicultura do Alto Vale.

O reconhecimento da preponderância química não deve, todavia, dissolver as relações complexas que ocorrem na paisagem fumicultora e que a conformam. É precisamente a condição do *serviço* que permite uma visão compartilhada sobre essa paisagem. Retomemos, então, o que acarreta falar em *serviço*: 1) o *serviço* é constitutivo do cotidiano agrícola; 2) não se define apenas por seus fins objetivados, isto é, há significância no ato de fazer um *serviço*; 3) não é uma ação exclusivamente humana, uma vez que se reconhece o *serviço* que animais, insetos e químicos realizam; 4) os diversos *serviços* estão relacionados, pois a realização de um *serviço* é condição para se encontrar outros; 5) a realização de um *serviço* é em certa medida permutável, ou seja, pode ser feito ora por um ente, ora por outro, cambiando categorias (animal, químico, humano).

Convém agora entender de que modo os *serviços* estão ligados à paisagem, aqui entendida sem operar a distinção entre aspectos naturais ou culturais, mas como a materialização de diversas histórias de coevolução entre organismos e ambiente. É evitando a ruptura entre as socialidades locais e a paisagem que se pode evocar o conceito ingoldiano de *taskscape*¹¹, o qual designa o “conjunto inteiro de atividades [*tasks*], em suas interligações mútuas” (INGOLD, 2000, p. 195)¹² e que é “povoada por seres que são eles mesmos agentes e que reajam reciprocamente no processo de seu próprio habitar. Em outras palavras, a *taskscape* existe não apenas como atividade, mas como *interatividade*” (INGOLD, 2000, p. 199).

No mais, adiantamos que ao longo da monografia os termos *taskscape* e paisagem figurarão como sinônimos e seguindo ao menos uma parcela da intenção de Ingold que atualmente abandonou o primeiro termo às custas da noção de malha [*meshwork*]

¹¹ Uma tradução possível e já desenvolvida seria “tarefagem” (tarefa + paisagem). Optamos, porém, por manter o termo original.

¹² Traduza ao português todas as citações em línguas estrangeiras.

(INGOLD, 2012). A emergência da *taskscape* na obra do autor se dá na tentativa de temporalizar em termos de ações e atividades a noção de paisagem (INGOLD, 2000, p. 198) e por ora basta dizer que a centralidade da categoria “ritmo” no segundo capítulo adensará a discussão. Além disso, a correlação patente entre *task* [tarefa/atividade] e *serviço* fornece uma aproximação conceitual próxima à vida na fumicultura do Alto Vale.

Logo, as permutações do agente realizador de um *serviço* podem ser compreendidas como substituições no conjunto de atividades, isto é, na *taskscape*. Podemos narrar um bom exemplo através da roça de seu Estevão, o fumicultor que conheci que mais evitava aplicar agrotóxicos. Para além do fumo, as plantas que vicejavam em sua roça eram antes *ervas* do que *inços*¹³. “De tudo que tu pensar eu tenho aqui. Picão-branco, cipó, laguneira...” dizia enquanto subíamos a roça na época em que o fumo estava sendo semeado nas bandejas¹⁴. Seu Estevão, ao contrário dos outros fumicultores que conheci, orgulhava-se da diversidade de plantas que habitavam o terreno que em alguns meses voltaria a ser uma roça repleta de fumo. “Tu vê que o solo é bão porque cresce tudo isso aí. Essas erva vão tudo dar um adubo bão pro fumo”.



Fotografia 1 – Estevão mostra o cipó no solo que em alguns meses abrigaria pés de fumo

Segundo me contou, não tardaria para fazer *serviço de enxada* e virar a terra junto com as *ervas* e as espigas de milho que já chamava por *milho-do-fumo*, pois, além de

¹³ *Inço* é todo vegetal que nasce sem intermédio humano e que normalmente age na contramão dos planos e ações produtivas dos agricultores e agricultoras.

¹⁴ Posteriormente as mudas que crescem nas bandejas (alocadas em canteiros próximos à casa e ao galpão), serão transplantadas na roça.

fornecer espigas, propiciava um bom solo para o futuro cultivo de tabaco. Mais à frente, quando os pés de fumo houvessem sido transplantados e estivessem crescendo, bastava soltar na roça seus cavalos, os mesmos que aram a terra, para que pisando nas ervas e as comendo, “fizessem o serviço do agrotóxico”.

É evidente que os efeitos das ações da enxada e dos cavalos não são os mesmos daqueles que os agrotóxicos geram. No entanto, a condição do *serviço* é encarada com alguma equivalência pelos fumicultores, isso porque fazer *serviço*, como pontuado anteriormente, não diz respeito apenas ao que se materializa, mas também à efetivação de atividades-processos vinculados (e que se vinculam na efetivação) a outras atividades-processos. Fazer *serviço* é habitar ativamente a *taskscape*, o que, por sua vez, exige uma abertura à ação e à reação dos seres e dos materiais que constituem a paisagem. Trata-se portanto de uma ecologia de práticas diversas de agricultura de percepção e ação do/no ambiente, das quais o agricultor não está apartado.

Outro fato que atesta a interligação entre as várias atividades da roça se faz notar pela única ocasião em que seu Estevão faz questão de utilizar um agrotóxico. Vale explicar que a colheita do fumo não é homogênea. A atividade de colher, chamada de *quebrar* o fumo, varia conforme o tipo da folha ao longo do pé de fumo. As partes do fumo são definidas pela sua distribuição longitudinal no pé da planta, com destaque aos extremos, sendo que na região inferior cresce o *baixeiro*, e na superior, o *ponteiro*. Ao passo que o primeiro representa uma qualidade de baixo valor monetário, o segundo é motivo de orgulho e esperança por um montante satisfatório. O *baixeiro*, além de acarretar menor valor de troca, implica um dos momentos mais dispendiosos da colheita¹⁵. Porquanto próximas do solo, as folhas do *baixeiro*, demandam posturas e gestos corporais agudos e que traumatizam agricultoras e agricultores. Os corpos curvados perante o fumo lidam ainda com outro problema. A movimentação dos corpos e das plantas manejadas levanta poeira do solo, a qual é prontamente inalada.

Há, por fim, outro problema relativo à proximidade do solo. O *baixeiro* divide espaço com os *inços*, ou no caso de seu Estevão, com as *ervas*. O entrave não diz tanto respeito a uma competição vegetal por luz, afinal o corpo do pé de fumo se ergue bastante acima da maioria das *ervas*. A dificuldade está em *quebrar* as folhas com destreza e agilidade quando há outras plantas que incidem no campo de ação gestual do fumicultor.

¹⁵ A tensão entre o valor de troca da mercadoria – a venda para as *firmas* – e o valor da força de trabalho – o valor da mão-de-obra, como dizem – permeia diversas dimensões na fumicultura e aparecerá com mais espaço no segundo capítulo.

Assim, para permitir um curso adequado ao itinerário amplo dos *serviços* da roça, seu Estevão aplica Roundup nas carreiras¹⁶. O herbicida mata as *ervas* e o *serviço* da colheita pode ocorrer como se planeja.

Mesmo os motivos que repelem seu Estevão dos agrotóxicos – os quais aparecerão ao final do capítulo – não são suficientes para impedirem a interligação entre o *serviço* do baixeiro e o *serviço* do roundup. Começa a despontar aqui um pouco de como a agroindústria fumageira se insere na *taskscape*, afinal existem, como nesse caso, processos incontornáveis e em que a permutação do *serviço* soa inviável. Entretanto, não se deve esquecer que os produtores se aproveitam também do *serviço*, por exemplo, do bem-te-vi, do anu e do cavalo. Logo, as fumageiras em contrato com tais produtores também se aproveitam desses *serviços*. Embora as empresas não tenham investido na manutenção da mata nativa – distinta do fomentado reflorestamento de eucaliptos –, ou dito para os agricultores assim a preservarem e tampouco induzido a ação e o *serviço* dos seres que dela vêm, todos os processos estão envoltos na geração de valor e capital. Com base nessa constante tensão produtiva entre processos capitalistas e aqueles às margens do capital, ou pericapitalistas, Tsing desenvolveu o conceito de acumulação de resgate [*salvage accumulation*] (TSING, 2015), um dos fios – por ora apenas prenunciado – que nos conduzirá através das roças do Alto Vale do Itajaí, sendo necessário primeiro entender o que é *serviço* na roça;

Não se pode, como vimos, cindir as atividades de sua socialidade constituinte (INGOLD, 2000, p. 327), dado que estão necessariamente vinculadas umas às outras no mundo. Assim, a paisagem de uma roça de fumo emerge de, e faz emergir atividades (humanas e não-humanas) que excedem uma “cadeia produtiva da fumicultura” (DUTRA; HILSINGER, 2013). E é precisamente o corte nas interligações latentes da *taskscape* que sentem fumicultoras e fumicultores quando vivem disputas com algumas práticas das *firmas*.

O galpão das propriedades é um lugar em que convergem muitas dessas atividades. Enquanto ajudava Guilherme no *serviço* da semeadura – realizado no galpão – Inês, sua mãe, exprimia seu descontentamento. “Já tem mais de mês que a firma diz que vai vir pra vistoria do galpão. Já arrumei várias veiz, e pra nada”. Quando questionei o motivo de tal vistoria Guilherme apontou para o teto, onde há uma espécie de sótão, e disse com ar de descrença: “Essas madeira que a gente armazena aí. A firma diz que pode

¹⁶ As carreiras são as linhas de passagem entre os *mochões*, porções de terra elevadas onde é transplantada a muda de fumo e onde ela cresce até a colheita.

acontecer algo e ela cair em nós, diz que é perigoso”. Nisso interveio Inês “A firma quer que o colono tenha o galpão só pro fumo! Vê se isso tem cabimento...”.

Se acima as exigências da *firma* incidem pontualmente sobre a ampla *interatividade taskscape* dos agricultores no Alto Vale do Itajaí, numa tentativa de especializá-la, o caso de Sílvio, cujo galpão ruiu sob chamas, demonstra um recorte mais amplo e abrupto na *taskscape*. Como ele disse: “o difícil é o cara acordar no outro dia e não ter onde fazer o serviço”. Por mais que o paiol onde o encontrei trabalhando fornecesse um local alternativo, a variedade de regimes de *serviço* não se iguala àquela do galpão, onde estão reunidos índices e materiais de *serviços* passados e vindouros. Lá se encontram madeiras, tábuas, arames, ferramentas, agrotóxicos, máquinas, fogão à lenha, freezer, trator, carro, sementes, bandejas, mudas, rádio etc.



Fotografia 2 – Mudas de melancia em bandejas do tabaco no galpão de Alfredo e João.

Vale ressaltar o quanto inúmeras atividades que compõem a *taskscape* excedem efeitos imediatos. Na roça de Ari, onde trabalhei durante a colheita, pude aprender que nem todo o terreno da roça será perpassado por carreiras e carreiras de pés de tabaco. É

necessário deixar que ao menos uma árvore cresça, tornando-se um *pé de sombra*¹⁷ que fornece o frescor visitado pelos trabalhadores durante a pausa para o segundo café da manhã ou para o pito de palheiro. Com Alfredo pude conhecer outra alegria de se ter mato na propriedade. Afora os *serviços* que alguns pássaros fazem, alimentando-se dos gervões, outro motivo de contentamento é ouvir seus cantos enquanto voam livremente e fazem da mata da propriedade seu lar. Ele e outro vizinho têm proibido a busca às aves em suas propriedades, seja para caça ou para engaiolamento. Quanto aos cavalos, que têm sua parcela de *serviço* a cumprir, “só pela boniteza o colono já tem que ter” segundo as palavras de Inês.

Em suma, a atual seção pretendeu demonstrar um pouco de como no Alto Vale do Itajaí, a roça é constituída por ações humanas e não-humanas em que as ações não estão isoladas, mas interligadas. Nesse sentido, ao mobilizar a categoria nativa de *serviço*, debruçamo-nos antes sobre a diversidade de ações, do que sobre a diversidade de agentes. Tal foco nas tarefas justifica-se particularmente ao se recordar de que um aspecto da condição generalizada do *serviço* é sua permutabilidade, em que, a despeito da particularidade do agente – o que não miniza a hegemonia química –, o ponto de continuidade é a potência ou o ato de realização do *serviço*.

A noção de *taskscape* se fez útil a tal esforço, porquanto destaca como os seres habitam o mundo através de “uma gama de atividades relacionadas” (INGOLD, 2000, p. 195). Dessa maneira, observamos a possibilidade de recortes na *taskscape*, acontecimentos que sublinham a moralidade em poder fazer *serviço*, o que extrapola o trabalho com o fumo. Do outro lado do espectro foi possível perceber a *interatividade* dos *serviços*, cuja amplitude demandou ilustrar situações em que a produção agrícola deixa de ser a prioridade exclusiva, e em que práticas do “viver com” são suficientes, compondo a roça como um lugar de encontros.

1.2. A ética do trabalho estendida e os agrotóxicos indomáveis

¹⁷ Em sua etnografia junto a assentados no Pampa gaúcho, Mattos da Fonseca (2019) encontra a mesma expressão em meio a uma história de eucaliptos que possibilitaram a ação de assentar em uma parte das terras destinadas onde não havia lenha para o fogão, nem sombra para descanso. E em que pese os eucaliptos tenham posteriormente secado a água do local, eles ainda barram a entrada de agrotóxicos das lavouras de soja vizinhas e, de modo geral, fazem parte da história e do ato de assentar, sem que se tornam heróis ou vilões na narrativa agrária.

Ecoss de aversão ressoam nas vozes de alguns agricultores quando falam no *tempo da enxada*, quando, há poucas décadas, o *serviço* da roça era mais custoso para os braços que trabalhavam a terra. Junto, um ar de contetamento quanto às condições atuais. “Hoje não tá bõ, mas também não tá ruim. Não dá pra reclamar. Antigamente dava muito mais serviço” um colono dizia a outro, ambos com cerca de cinqueta anos, à porta da igreja luterana, proseando enquanto o culto dominical não começava.

Um diferencial chave entre o *tempo da enxada* e hoje, como se pode imaginar, é a utilização dos agrotóxicos. A transformação da qual faz parte é tão vasta que ao menos um princípio endossociológico dos colonos se encontra em contradição. A conversa na igreja já enseja a questão. Se para os colonos atualmente os agrotóxicos permitem algum tipo de diminuição ou atenuação dos *serviços* agrícolas, como fica a dimensão moral, o orgulho em se constituir enquanto um grupo que realiza duros *serviços*? Em suma, o que houve com o *ethos* do trabalho?

Tais perguntas foram levantadas por Menasche (2004) quando estudava as relações entre trabalho e gênero na sojicultura entre colonos italianos do Rio Grande do Sul. Para a autora os agrotóxicos representaram um ponto de entrada à questão da ética do trabalho, graças a episódios que observou nos quais a labuta com enxada – em mãos masculinas – era ridicularizada por vizinhos (MENASCHE, 2004, p. 27). Tal dispêndio era tido como desnecessário ou pouco inteligente, dado que a aplicação do *veneno* rapidamente completaria o trabalho, além de poupar a fadiga do trabalhador. A dessemelhança com a valoração laboral típica de grupos de imigrantes europeus, suscitou para Menasche uma “ética do trabalho invertida”, em que se estimam antes as ações que permitem menor dispêndio do agricultor, índices de uma racionalização otimizante, do que as ações cuja têmpera forte demonstra a consistência física e moral do colono.

A prevalência da concordância masculina no parágrafo não é incidental. Em seu artigo, Menasche evidencia a dimensão de gênero que circunscreve a ética do trabalho dos colonos, de modo que as chacotas que consideravam dispensável o trabalho com a enxada se voltavam apenas aos homens, dada a exclusividade masculina na aplicação dos agrotóxicos. Assim, a possibilidade do trabalho tecnificado e sua suposta redução de dispêndio, por ser um fato proeminentemente masculino, reifica, ainda que de modo invertido, a dimensão da intensidade na divisão sexual do trabalho.

Cito a ideia de inversão porque, a princípio, como constata Paulilo (1987) a respeito da distinção entre “trabalho pesado” “trabalho leve/ajuda” no mundo rural, basta que a atividade seja realizada por mulheres para que preencha o polo “leve”. No entanto,

o caso dos agrotóxicos, tido como facilitadores no trabalho, ou seja, como índices de um trabalho mais leve do que, por exemplo, a enxada, está vinculado aos homens. Por mais que a ética do trabalho tenha se transformado, há permanência no critério generificado da hierarquia valorativa das atividades.

Destarte, ao passo que as considerações de Menasche acerca da inserção dos agrotóxicos discorrem – através da figura analítica da inversão – sobre a transformação na lógica e na ética produtiva dos colonos, nosso intento é sublinhar a continuidade na/com a condição generalizada do *serviço*. Permanece, contudo, uma força de inversão na relação com os agrotóxicos. A inversão aqui é deslocada à relação produtiva das práticas que vinculam fumicultores ao sistema integrado com as empresas fumageiras, as quais fornecem grande parte dos agrotóxicos aos colonos.

Se, por um lado, os agrotóxicos aparentam estar no cerne de uma contradição com a ética do trabalho, a qual fundamenta a identidade dos colonos e os diacríticos que estes operam entre si e outros grupos rurais (RENK, 1997; SEYFERTH, 1982), por outro, pode-se observar que os *venenos* participam da condição generalizada do *serviço*. Como atesta o léxico de alguns exemplos citados, em que algum agrotóxico *trabalha* ou *faz serviço*, trata-se de objetos técnicos compatíveis com o sistema social do Alto Vale do Itajaí. Resta, enfim, tentar entender de que modo esses objetos coexistem com a contradição apontada no que diz respeito ao *ethos* do trabalho.

Jararaca, jovem de vinte anos e filho mais novo de seu Estevão, o fumicultor que evitava agrotóxicos, contou enquanto passeávamos em um rodeio: “Eu não ocupo enxada. Ah, não pego mesmo. Boto uns litros de Roundup pra trabalhar por mim e feito”. Tomando chimarrão com Guilherme, da mesma faixa etária, ouvi algo próximo: “Foice, enxada... Nessas coisas não mexo muito. Mas me dá um veneno pra tu ver”. Não se deve depreender, no entanto, que os jovens se esquivem, ou que não realizem *serviços*.

Convém enfatizar o fato de que o agrotóxico emerge enquanto um objeto de ação relativamente autônomo, ainda que seus efeitos tenham relação com as condições ambientais do momento de aplicação, como umidade e ventos. Como demonstram os exemplos acima e outros evocados anteriormente em que o agrotóxico “faz direitinho o serviço da abelha” e “trabalha noventa dias”, a relação entre agricultor e *veneno* é notadamente uma de trabalho. Tal qual um *colono forte* – sujeito de produção extensa e lucrativa – tem vários *camaradas* – trabalhadores rurais empregados sob um regime de

pagamento diário pela mão-de-obra¹⁸ – que trabalham para ele, a maioria dos agricultores adquirem *venenos* que trabalham para eles.

Se não é mais preciso *ocupar enxada* para fazer determinados *serviços*, não é porque os *serviços* deixam de existir na *taskscape*, senão porque os *venenos* permitem que o agricultor não se faça presente dispendiosamente ao longo da ação. E, mais uma vez, a estrutura que fundamenta essa percepção não distingue *a priori* a ação dos agrotóxicos da realização dos *serviços* por parte dos bichos da mata. A relação com os agrotóxicos indica, portanto, que a ética do trabalho foi, talvez menos invertida, do que expandida, generalizada. Entretanto, não foi o agrotóxico sozinho o protagonista da expansão, afinal a relação com outros seres já era praticada sob a chave do *serviço*, o que incluía materiais, tal qual a enxada, que em momentos de trabalho era, e por vezes ainda é *ocupada*. Assim, a contradição que o uso dos produtos químicos suscita deve ser lida através da relação de trabalho – bem como a ação dos agrotóxicos é lida pelos fumicultores – com as empresas fumageiras, fornecedoras dos materiais aos colonos.

Vale recordar que o centenário sistema integrado¹⁹ que constitui a relação entre fumageiras e agricultores se baseia em contratos de compra e venda, de modo que não se estabelece qualquer vínculo trabalhista legal. Parte da literatura sobre a fumicultura tenta explicitar, seja pela análise dos contratos de compra e venda (SOUZA, 2010), seja pelas memórias da labuta dos fumicultores (SCHENATO, 2018)²⁰ os modos pelos quais as relações de trabalho efetivas são dissimuladas. Que empresas recusem a formalização de vínculos trabalhistas é mais prontamente compreensível, porém, tal renúncia emana também dos fumicultores. A objeção dos colonos decorre de uma “lógica do trabalho livre” (SCHENATO, 2018, p. 103), a qual supostamente seria cerceada mais ativamente caso se reconheça oficialmente a relação com a empresa como empregatícia²¹.

Não se deve concluir, partindo dessa recusa, que os fumicultores se vejam independentes das empresas. Em campo, era constante a ambiguidade e a tensão com a qual o tema era abordado, ou mais genericamente, como toda a relação com o fumo era

¹⁸ Média relatada em 2018-2019 de R\$ 100,00 a R\$ 120,00.

¹⁹ O sistema integrado foi instalado no Brasil meridional em 1918 pela subsidiária da British American Tobacco (BAT) no Brasil, Souza Cruz S. A. fundada em 1903 pelo português erradicado no país, Albino Souza Cruz, e incorporada pela companhia britânica em 1914.

²⁰ É importante notar que a pesquisa de Schenato também é desenvolvida no Alto Vale do Itajaí.

²¹ Vale recordar o seguinte aspecto: “o agricultor tem “certa” liberdade em relação ao seu trabalho e tempo, porém não tem controle sobre sua renda. Sendo de sua conta e risco os problemas durante o período de semeadura até o dia da entrega do fumo, mas quem decide a qualidade de seu produto, sua remuneração, sua qualidade de vida e seu futuro, é a empresa multinacional fumageira” (SCHENATO, 2018, p. 104).

discutida. Guilherme, quando falei que estudava a fumicultura, disse de pronto: “Quer saber uma coisa sobre o fumo? Não plante!”. Na mesma conversa, ele comentou: “Tem que fazer exatamente o contrário do que diz o instrutor. Aí sim dá certo a colheita”. O instrutor citado é o técnico agrícola que trabalha para a empresa e que tem como tarefa orientar e visitar os agricultores ao longo do itinerário produtivo. Sua figura gera tanto antipatia, senão desconfiança com as capacidades produtivas, pois, como dizia Afonso: “eles têm é muita gramática e pouca prática”.

Não houve propriedade em que estive na qual essa ou aquela atividade não fosse contra alguma proposta do instrutor. Sementes extraídas de mudas da própria horta, agrotóxicos proibidos pela empresa, não-utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), armazenamento indevido de agrotóxicos, inços nos canteiros onde as mudas de fumo são dispostas etc. As idiossincrasias são motivo de certo orgulho. São uma resistência cotidiana à imposição da cadeia produtiva integrada. E, no entanto, não deixam de ser parte do que faz a cadeia perseverar. Mesmo que a primazia que conferem à autonomia os torne um tanto indomáveis, o fato é que as atitudes indômitas – marginais às técnicas e às posturas recomendadas pela agroindústria – permitem, por diferentes meios, a continuidade produtiva do sistema integrado²². Isso é, como havíamos anunciado anteriormente, o que Tsing chama de acumulação de resgate, o “processo pelo qual grandes empresas acumulam capital sem controlar as condições sob as quais são produzidas mercadorias” (TSING, 2015, p. 63)²³ e pelo qual plantas e camponeses, ou melhor, a relação entre ambos é transformada em recurso industrial.

No momento é plausível um esboço analítico que vincula a relação entre fumicultores e agrotóxicos àquela entre fumicultores e fumageiras. Se no cotidiano produtivo os fumicultores escapam do controle das empresas, o mesmo pode ser dito das ações dos agrotóxicos que escapam do controle dos fumicultores. A diferença valorativa entre as relações se dá no fato de que o agrotóxico é, segundo uma terminologia

²² De uma ponta a outra da cadeia de suprimentos [*supply-chain*] a noção de liberdade e autonomia é mobilizada pelo capital. Na dimensão produtiva a indústria questiona as críticas ao sistema integrado, uma vez que os colonos são livres para entrarem e saírem da sequência anual dos contratos (contanto, é claro, que quitam suas dívidas). Na dimensão de consumo a indústria questiona políticas anti-tabagistas com o argumento de que hoje as pessoas estão supostamente cientes dos riscos do cigarro, e que, portanto, se optam por fumar é graças a seu livre-arbítrio, valor supremo perante quaisquer supressões insitucionais.

²³ De novo, enxerga-se a acumulação de resgate de Tsing, em que uma ética particular e local do trabalho é recuperada e aproveitada para a fabricação das mercadorias de cadeias de suprimento globais. No trabalho de campo da autora, são diferentes ideias de liberdade são, aliás, o que mobiliza os grupos de catadores do cogumelo matsutake diversos nacional e etnicamente (TSING, 2015).

compartilhada por empresa e fumicultor, o *controle químico*²⁴. Entretanto, como veremos a partir de algumas situações nas quais a produção do fumo foi afetada negativamente por efeitos inesperados de agrotóxicos, o *controle químico* pode estar fora de controle.

Logo, há uma atitude similar entre as ações de agrotóxicos e de agricultores, qual seja o regime indomável composto por ambos na cadeia produtiva do tabaco. Somada a essa leitura é imprescindível a perspectiva da circunstância majoritária em que os agrotóxicos chegam – e, segundo os agricultores, historicamente chegaram – nas propriedades por meio da integração com as fumageiras. Em outras palavras, os agrotóxicos – ou grande parte deles – são índices materiais das *firmas* nas roças dos fumicultores, o que inclui os materiais químicos e os processos técnicos de aplicação. Ao passo que os primeiros se inserem em narrativas analisadas em seguida, isso que chamaremos agrotóxicos indomáveis²⁵, os segundos emergem em atividades de ritmo controlado, analisadas no capítulo 2.

Não é algo exatamente inédito dizer que o uso dos agrotóxicos constatemente foge de controle no Alto Vale do Itajaí. Trata-se, afinal, da região catarinense cujos municípios se destacam em todo Sul (também em destaque nacionalmente) no número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos (BOMBARDI, 2017, p. 69), além de municípios do Alto Vale figurarem nos primeiros lugares nos números de casos de intoxicação por agrotóxico de uso agrícola (BOMBARDI, 2017, p. 126). Ademais, em parecer técnico encomendado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC) foram encontrados resíduos de agrotóxicos na água de consumo catarinense, com destaque para Rio do Sul, capital do Alto Vale e município líder na lista estadual (HESS, 2019) As situações que pretendemos narrar, todavia, situam-se em uma escala menor, no dia-a-dia da produção do fumo, a fim de aprender como os agrotóxicos podem fugir e inverter as ações planejadas pelos fumicultores em episódios que revelam os imporderáveis dos agrotóxicos reais.

Ao redor da casa de Ari, laguneiras (*Vernonanthura tweedieana*) – inço infâme na região – tomavam conta do quintal. Decidiu-se aplicar um *veneno* [não relatado] nas

²⁴ Em contrapartida, os *serviços* realizados pelos bichos da mata são abarcados na comunicação entre empresas e agricultores como *controle biológico*.

²⁵ Mais atualmente Tsing tem trabalhado a noção de “objetos ferais” [*feral objects*] para contar histórias sobre materiais que ao mesmo tempo que emergem de projetos da estrutura capitalista, suas ações frustram tais planejamentos (TSING, 2019b). Acredito que o agrotóxico seja um caso exemplar desses objetos. Com essa chave, Anna Tsing, Jennifer Deger, Alder Keleman Saxena e Elaine Gan estão desenvolvendo o Atlas Feral uma plataforma online – ainda não disponível – a fim de ilustrar e narrar um Antropoceno mais-que-humano (<http://anthropocene.au.dk/feral-atlas/>).

áreas tomadas pela planta, as quais não tardaram para morrer. O que não se planejava, no entanto, é que, antes que moressem, as laguneiras banhadas pelo químico o transportassem ao açude da propriedade, de onde as plantas tiravam água. A família só percebeu tal transporte tardiamente.

Deve-se notar que o açude em questão era utilizado à época apenas para obtenção de água para o trabalho. Outro destaque está no fato de que o que é aplicado através dos pulverizadores (costal e de trator) não é apenas o líquido puro do agrotóxico, mas a chamada *mistura*, isto é, a solução entre produto químico e água. Logo, a água do açude, ao mesmo tempo em que estava contaminada com o agrotóxico aplicado no quintal, seria destinada à *mistura* a ser aplicada na roça para a produção do fumo.

Dessa maneira, quando na época de transplante das mudas – dos canteiros à roça – uma aplicação de agrotóxicos se fazia necessária, a *mistura* da água do açude (água + veneno do quintal) com o veneno da roça foi inútil. Por fim, a aplicação de um agrotóxico no quintal sabotou a aplicação de outro agrotóxico na roça. O evento ficou marcado na memória da família. Lucas, o filho do meio, disse: “a gente teve que começar do zero naquele ano. Todo o serviço de antes foi pra nada”.

Acima acompanhamos um caso em que um herbicida aplicado por família em sua propriedade teve efeitos contraprodutivos, porque excedeu a área planejada – quintal – quando a planta almejada o transportou ao açude, cuja água foi transportada na *mistura* para a roça da mesma propriedade. Há exemplos como o de Paulo – pai de Guilherme e esposo de Inês – em que o açude não pode prover a água da *mistura*, pois conter resíduos de variados agrotóxicos é a condição comum.

A propriedade de Paulo está situada em uma vizinhança com bastante criação de gado, o que atualmente implica a aplicação de inseticidas e outros agrotóxicos nos pastos em que as criações ficam a fim de exterminar possíveis parasitas. Assim, a água de seu açude, o qual é interligado indiretamente a um regime hídrico mais amplo, possivelmente contém resíduos de *venenos* de outrem. O instrutor que acompanha a família sabe da condição e reforça “para o fumo só a água do consumo”. Há, por conseguinte, um gasto financeiro acrescido (conta de água) acrescido ao processo produtivo²⁶.

²⁶ O exemplo da conta da água é parelho ao exemplo da conta de luz no que diz respeito às estufas durante a colheita, ou mesmo ao gasto com gerador e com gasolina quando substituem a energia durante quedas de luz. Todo o dinheiro implicado nesses processos são parte da produção e sai apenas do bolso dos agricultores, figurando na vasta lista que mantêm acerca dos gastos que as fumageiras não levam em consideração no momento da compra do fumo e/ou da renegociação de dívidas.

Com Alfredo pude ouvir sobre complicações na *extrema*, ou seja, nas zonas em que sua propriedade faz fronteira com outras. Alguns problemas são mais perenes, como na porção de sua roça que *extremava* com uma pequena plantação de *pinus*, responsável por secar o solo ao redor²⁷, o que, mesmo anos após o corte das árvores afeta negativamente as *carreiras* de fumo ali plantadas, visivelmente menos vistosas. Uma adversidade mais pontual e, contudo, recorrente diz respeito à aplicação de agrotóxicos destinados a agir sobre algum cultivo adjacente. Fazia pouco tempo que um embriólio ocorrera. O vizinho de *extrema* passara o herbicida DMA (806 BR) em sua lavoura de milho. A ação do *veneno*, bem como a do *pinus*, não conhece fronteiras e, logo, atingiu o tabaco do lado de Antônio, inutilizando muitos pés da área de *extrema*.

Nos dias em que convivemos João, filho de Alfredo, reclamava acerca dos efeitos irrisórios dos *venenos*. Junto com a queixa vinha a explicação. Os dias planejados para a aplicação do *veneno* foram pouco favoráveis para a consolidação de sua eficácia, a qual normalmente depende de pelo menos dois aspectos. De um lado, a umidade relativamente elevada para absorção dos agrotóxicos pelo solo e/ou pelas plantas. De outro, a ausência de ventos que desviem e desagreguem a *mistura* durante a aplicação. João me explicou que nos dias reservados à pulverização costal ventara muito e o vento dissociara a solução de água e agrotóxico, corpos de massa volumétrica (densidade) distintas, de tal maneira que parte da ação se tornou banhar com água (dissociada) o solo almejado e pulverizar agrotóxico no vento. A água no solo serviu de rega e propiciou o desenvolvimento de *inço*. E o *veneno* levado pelo vento atingiu as folhas do fumo danificando-as.

Por último, vale descrever um uso inusitado dos agrotóxicos. Conforme algumas narrativas que ouvi, quando um colono tem inimizado com outro, há um modo comum de se agir contra o desafeiçoado. A artimanha em questão envolve dirigir-se à propriedade daquele que se busca afetar em plena madrugada, encontrar algum agrotóxico e somá-lo à *mistura* que já se encontra dentro de algum pulverizador costal²⁸. No dia seguinte, o colono desavisado aplicará uma *mistura* ineficaz ou mesmo mortal para seu cultivo, vide a presença de um *veneno* a mais. Esses são casos em que o caráter indômito dos

²⁷ Dionísio descreve uma situação semelhante na relação entre fumicultores e eucaliptos em outra região catarinense, o Alto Vale do Rio Tijucas (DIONÍSIO, 2016)

²⁸ Nenhum caso relatado suscitou a possibilidade de incidir sobre a *mistura* que podem estar contidas nos irrigadores de tratores. No entanto, similar “rivalidade ludista” ocorreu em um caso em que em meio à madrugada invadiram o galpão de um colono e retiraram a água (lastro líquido) que proporciona a tração exigida de seu trator. No dia seguinte, a pneu estourou no instante do trabalho.

agrotóxicos é agenciado em desavenças pessoais, de modo a instabilizar o controle produtivo do outro.

As situações acima são uma pequena demonstração de como o *veneno*, atualmente para muitos colonos, condição básica da atividade agrícola (MENASCHE, 2004), incide de modo contraproducente na roça. Não se trata de negar ou minimizar os efeitos positivos (no sentido de correspondência entre plano e ação) dos agrotóxicos, afinal são parte indispensável da agroindústria. O intento da seção foi pincelar alguns exemplos de como os *venenos* excedem as dimensões de planejamento, agindo, inclusive, à contrapelo das mesmas. Esse é talvez um exercício complementar à atenção quanto ao que se discute aqui sob a rubrica da acumulação de resgate. À medida que essa exige perceber processos nos quais relações às margens da estrutura produtiva são traduzidas para a fabricação de mercadorias capitalistas (como o *serviço* das aves na roça contribuindo a produzir fumo), a aposta no traço indomável – ou feral (TSING, 2019a, 2019b) – dos materiais enseja as práticas em que objetos e procedimentos centrais na composição de mercadorias excedem a composição produtiva planejada.

Assim, embora aqui se argumente que com a introdução dos agrotóxicos a ética do trabalho foi antes expandida do que invertida, é preciso cautela com tal postulado. Com efeito, para os colonos os agrotóxicos trabalham *para* eles, premissa paralela à discussão sobre eles trabalharem antes *para* as fumageiras do que para si próprios. Há em jogo coordenações entre empresas, colonos, roças e agrotóxicos. E não se pode separar a instauração de relações capitalistas das presenças indomáveis que dela emanam e fogem. É nessas coordenações que devemos nos aprofundar.

1.3. Da recusa ao *veneno* (e ao *patrão*)

A essa altura assinalamos um dos três aspectos multiespecíficos relevantes para nossa etnografia da roça. Até então se descreveu a paisagem, aqui sob a proveitosa alcunha de *taskscape*. Nesse sentido, observaram-se algumas atividades humanas e não-humanas que compõe a roça de fumo, concernidos menos com *quais* entes se situam e estão situados naquele ambiente, e mais voltados para o que tais seres e objetos *fazem*, compondo o ininterrupto desenvolvimento da roça.

Consoante a proposta triádica de Tsing (2019a, p. 94), resta articular à paisagem as descrições críticas da coordenação e da história. Enquanto a primeira age como uma “lente para enxergar organismos interagindo uns com os outros” (ibid.), a segunda se ocupa de investigar “os rastros e sinais de humanos e não-humanos” (ibid.) e como, a partir deles, emergem as paisagens como conhecemos. A tarefa da atual seção é apresentar as relações que completam a tríade na esperança de dispor certas evidências das práticas cotidianas entrelaçadas na agroindústria.

Com tal objetivo em mente, uma questão pode seguir tecendo as linhas que nos trouxeram até esse ponto. Com base no que se observou no Alto Vale do Itajaí, o que se pode dizer acerca das circunstâncias em que os agrotóxicos são ou não são aplicados? Quando seu *serviço* é dispensável? E, em alguma medida, por que? O exemplo de seu Estevão, citado acima por evitar a aplicação de agrotóxicos oferece uma narrativa que conjuga os temas almejados.

Seu Estevão e a esposa Catarina trabalharam como arrendeiros boa parte da vida. O arrendamento da terra é um regime de usufruto e trabalho de meios de produção rural em que o proprietário – arrendador – geralmente dispõe um espaço da propriedade, o que inclui roça, horta e moradia para forças de trabalho alheias. Como contraprestação pelo emprego dos meios produtivos, os arrendeiros, ou arrendatários, devem destinar uma parcela da produção ao proprietário arrendador – comumente dá-se a metade, configurando o regime produtivo da *meia*. No Alto Vale o arrendador é chamado de *patrão* e a ele é reconhecido – embora não de bom grado – a competência de ordenar como achar melhor o ritmo de trabalho de seus arrendeiros.

Seu Estevão reclamava de como seus *patrões* costumavam acordá-lo todo dia no mesmo horário, além de palpitarem acerca das estratégias produtivas que ele e Catarina praticavam. “Não tem nada pior que patrão” diziam constantemente. Catarina particularmente detestava o fato de que: “tudo tinha que ser ajeitado com muito serviço, mas nada ficava com a gente”. Assim, quando encontraram uma oportunidade de ter sua própria terra, seu Estevão e Catarina não recuaram. Há quase uma década moram em sua propriedade, a qual ainda terminam de pagar. Hoje seu Estevão se tranquiliza ao saber que, caso queira, pode passar uma madrugada tomando cachaça sem ter que ouvir o inevitável chamado do *patrão*.

Esse é o mesmo seu Estevão que prefere não utilizar muitos agrotóxicos. E o motivo pelo qual ressaltamos a renúncia ao trabalho com *patrão*, recordando a renúncia

ao trabalho com *veneno* decorre do argumento de que ambas atitudes são fruto de um mesmo padrão sociológico, algo que os próximos parágrafos buscam fundamentar.

O(a) leitor(a) pode se perguntar, afinal, por que seu Estevão não utiliza agrotóxicos como os outros fumicultores apresentados? A resposta imediata seria, porque ele não está integrado ao sistema de compra e venda das fumageiras. É por meio da relação contratual que os fumicultores recebem os insumos da *firma*. Insumos incluem equipamentos (e.g. bandejas de semeadura), sementes e agrotóxicos e seu custo será descontado do valor obtido ao final da venda. Aliás, o vínculo é tal que, além de prescreverem determinados agrotóxicos as empresas proíbem outros. Logo, uma vez que Estevão não se integra com alguma empresa, ou seja, não estabelece contrato de compra e venda, ele não recebe uma combinação planejada de agrotóxicos e não os tem a sua disposição.

Assim, com o fato de que em boa medida, agrotóxicos e sistema integrado andam lado-a-lado, a indagação anterior merece uma reformulação. Por que seu Estevão não se integra a uma empresa fumageira? Pude ouvir a resposta diretamente de Estevão em um comentário sucinto: “Firma é que nem patrão!”. Essa frase é axial na compreensão do que se passa em sua roça e propriedade. No quintal da sua casa encontrei os mesmos tons de rosa que me cercaram no primeiro dia de campo. Havia pés de fumo florescidos e já desfolhados próximos de pés de couve. Catarina e Estevão cultivam o fumo no quintal a fim de que as plantas floresçam e produzam as sementes para produção do ano seguinte, prescindindo, portanto, da compra de sementes com as empresas. No final do processo produtivo a venda é feita com atravessadores.

De volta ao cotidiano dos *serviços*, vale rememorar que Estevão fazia questão de usar a enxada – temida pelos mais jovens – para revirar a terra com as plantas que vicejam no terreno da roça de modo que forneçam um bom solo para o fumo. Os cavalos também têm *serviço*, seja soltos pisando ou pastando as *ervas*, seja presos às ferramentas de arar, aleirar etc. No entanto, além do emprego da enxada ter se reduzido, Estevão salienta que “a turma não tem mais animal”. Ele não se referia à criação para consumo e/ou venda de gado, porcos e galinhas, mas à manutenção de alguns animais para *serviço*, em especial bois e cavalos. Isso se fez patente quando emendou a última consideração com uma tentativa de recordar quais vizinhos tinham *animais*²⁹ através da memória de quais tinham juntas de boi e parrelhas de cavalo.

²⁹ O animal ou qualquer outro ser domesticado nunca é algo dado em si, mas parte emergente de uma relação com certos fins não necessariamente utilitários.

O que deve ficar evidente é como a gama interativa de *serviços*, o que implica os modos de se relacionar com outros seres e materiais, não advêm de propriedades intrínsecas desses entes, mas de estruturas e processos sociológicos duradouros que se expandem para além das relações entre humanos. Há uma conexão entre recusar uma vida toda trabalhando para *patrões* e recusar o uso de agrotóxicos, pois há um encadeamento no padrão de atitudes entre ações com humanos e ações com não-humanos.

Tal argumento foi proposto por Haudricourt (2013 [1963]; 1964) na defesa de um contínuo entre as atitudes infra e extra-humanas ao observar a ressonância entre ações de cultivo de plantas e domesticação de animais e as ações para com o Outro de modo geral (conterrâneos, estrangeiros etc.). Assim, para o autor, os atos concretos que vinculam humanos, plantas e animais traduzem tão bem quanto a religião e a moral o comportamento e a história social humana (HAUDRICOURT, 2013 [1963], p. 12). Isso se dá, não porque a concretude das técnicas exprima mais fielmente do que sistemas de pensamento o que uma sociedade é ou faz, senão porque técnica, pensamento e socialidade sejam interligados continuamente, sem que um seja diretamente causa ou efeito do outro.

No contexto das relações entre fumageiras, fumicultores e fumo pode-se dizer o mesmo. Um exemplo que demonstramos se dá na continuidade do caráter indomável entre agrotóxicos e fumicultores, e fumicultores e fumageiras. Seu Estevão, por outro viés, extenua a atitude indômita, a ponto de recusar o sistema integrado, o que, por sua vez implica também, a recusa da constância de agrotóxicos. No entanto, caso se permaneça com apenas essa linha de explicação corre-se o risco de limitar sua atitude a critérios trabalhistas e econômicos (liberdade de produção e barateamento de insumos).

Ter em conta a indicação de Haudricourt, em contrapartida, exige no mínimo o balanceamento da possibilidade acima, uma vez que afirma a existência de uma matriz contínua entre ações sociais e ecológicas. Assim, notar a correlação de atitudes com humanos e não-humanos permite que relevância e a preocupação que seu Estevão tem com os *animais* (de trabalho), bem como seu conhecimento e aproveitamento das plantas que tomam o lugar da roça não sejam dissolvidos sob a égide única de uma lógica de perdas e ganhos, mas ajam e influenciem ativamente na efetivação dos modos de engajamento da roça. Não obstante, não se espera reforçar a divisão entre aspectos econômicos e socioecológicos, mas, pelo contrário, observar as correspondências entre ambos.

Di Deus, ao discorrer sobre os sistemas trabalhistas nos seringais paulistas, sintetiza o argumento que compartilhamos quando afirma que “para entender a relação sangrador-patrão, é preciso entender a relação que se estabelece com a árvore, com as múltiplas mediações que emergem na prática” (DI DEUS, 2017, p. 276). Assim, sua etnografia demonstra que os critérios com os quais os *sangradores* (seringueiros) valorizam um patrão são técnicos, a exemplo da responsabilidade patronal de manter “limpo” o solo por onde se movimentam durante a jornada de trabalho nas linhas de seringueiras. Ademais, um dos pontos de tensão, a moradia “cedida” pelo patrão diz respeito também às atividades de trabalho, uma vez que a distância da plantação à casa acarreta diferenças nas possibilidades de ações que previnem a perda de látex em dias de chuva.

Também Satuchuk (2008) ilustra tal esforço quando reexamina a temática do sistema de aviamento – provisão patronal de meios de produção e consumo – amazônico partindo de uma ecologia entre pescadores, peixes e patrões na Vila do Sucuriju, Amapá. Seu estudo permite reverter uma leitura que exclua do aviamento os processos técnicos da pesca, pois “se é sabido que o aviamento influencia diretamente a atividade pesqueira, o argumento aqui avançado é que o sentido da relação entre pescador e patrão é tributário, em grande medida, da interação entre o pescador e o peixe” (SAUTCHUK, 2008, p. 8). A capacidade de um pescador laguista (no interior hídrico da costa) ser aviado decorre do reconhecimento de sua habilidade em *matar* o pirarucu com o arpão, a qual está implicada na prática de perceber os signos do movimento do peixe e das vontades dos *donos dos animais* na interface comunicativa da água. Já na pesca costeira a unidade aviada é o barco o qual maneja espinhéis com centenas de anzóis e é operado através de uma cinética que conjuga fluxos de espaço-tempo em meio a pescadores, peixes, marés e santas. Enfim, se há descontinuidade entre as aviações da costa e do lago é porque há continuidade entre os processos técnicos e econômicos dentro dessas modalidades distintas de pesca.

Outro exemplo do fluxo de atitudes se encontra na correlação entre feijões e parentes na agricultura experimental do sertão paraibano. Como narra Holliver (2019), para os agricultores ambos dão em *ramas* que podem se emaranhar – dificultando a tentativa do etnógrafo e de seu interlocutor de realizarem um diagrama de parentesco. Igualmente ambos, bem como as ferramentas e os animais, demandam constantes *cuidados*. Ainda no tema, Holliver oferece uma consideração que nos concerne também quando afirma que:

“Seria um erro se o pesquisador pensasse essas relações apenas por analogia à *la lettre* ou como metáforas vegetais da vida social. Porém, se desejamos realmente levar a sério a ideia de que as pessoas se pensam e pensam seus parentes como ramos, ou seja, *pedaços contínuos de um mesmo todo*, somos levados à compreensão de que, neste pedaço do mundo, as diferenças de natureza não são colocadas como elemento separador dos corpos. Ao contrário, há, por parte dos humanos, um esforço intensivo em efetuar *agenciamentos cosmopolíticos não antropocêntricos* capazes de neutralizar uma suposta essência diferencial fundante” (HOLLIVER, 2019, pp. 74-75) (grifos nossos).

Soa plausível fazer das palavras de Holliver – “agenciamentos cosmopolíticos não antropocêntricos” – um modo possível e parcial de conceituar coordenação. O mesmo parece se aplicar à efetuação das ecologias de relações sociotécnicas de cada modalidade pesqueira do modo que Sautchuk demonstra e à indistinção entre técnica e patronagem na haveicultura paulista ilustrada por di Deus. É nesse sentido que nossa etnografia da roça agroindustrial se beneficia de uma aproximação entre as abordagens das paisagens mais-que-humanas³⁰ e das técnicas sob o conceito de coordenação (GAN, 2016; GAN; TSING, 2018; TSING, 2019). Assim, uma breve revisão acerca de um debate da antropologia da técnica contribuirá a nossa tentativa de esboçar uma nova combinação analítica.

Em certo ponto a antropologia da técnica procurava apontar a indeterminação dos objetos técnicos, ou seja, buscava uma fuga da ideia de constrangimentos materiais aos processos aos quais estão submetidos, o que ensejava também a recusa de noções unilineares, progressivas e cumulativas das tecnologias (SAUTCHUK, 2017, p. 22). Assim, os temas de escolhas técnicas (LEMMONIER, 2006 [1993]) e de controvérsias sociotécnicas (CALLON, 1986; AKRICH, 2014 [1987]) apontaram para além de supostos constrangimentos materiais, trazendo à baila processos sociais responsáveis pelas formas que obtém o objeto técnico. Em certo sentido, a responsabilidade pela forma efetiva dos objetos técnicos passou deles mesmos para a agência humana.

No entanto, etnografias mais recentes que repensam a presença de não-humanos parecem atestar que a eficácia humana está sujeita a diversos fluxos de materiais em uma agentividade distribuída (ALMEIDA, 2016; SANTOS, 2016, 2017), socialidades (TSING, 2015), dinâmicas vitais (FAGUNDES, 2019), processos de coaprendizagem (CATÃO; COUTINHO, 2018), cadeias sígnicas multiespecíficas (KOHN, 2013) etc.

³⁰ Conceito de Anna Tsing para observar relações além daquelas entre humanos e não-humanos, enxergando, pois, como relações entre não-humanos estão ligadas às vidas humanas (TSING, 2019a). Nosso objetivo com o termo é menos indicar a diversidade de seres vivos no fumo, e mais apontar a diversidade e semelhança de atividades interligadas – podendo ou não envolver diretamente humanos –, ou seja, uma *interatividade* que permite o reconhecimento vivido de uma *interagentividade* nas relações entre organismos-ambientes (INGOLD, 2000, p. 47).

Assim, a socialidade humana que dava forma ao objeto técnico estaria ela mesma em algum nível constrangida por ou, ao menos, atrelada a outras socialidades além da humana. Uma maneira de interpretar tal vertente seria considerá-la como a volta de um materialismo determinista e rebelde que foge à inscrição da agência humana. Outra, mais proveitosa, evitaria tomar o papel de não-humanos em processos técnicos como a ressurgência de um determinismo material e técnico e, em vez disso, percebe que esses processos técnicos e constrangimentos materiais são sinais de uma socialidade que não é apenas humana, afinal tais processos e constrangimentos, na verdade, já surgem de relações entre humanos, seres e materiais não-humanos.

Logo, essa última mudança não contrariaria a formação social dos objetos técnicos por causa das agências não-humanas. Com efeito, o que se passa é o oposto, porquanto se mantém a ideia de que as formas são resultado de uma socialidade, mudando o fato de que a socialidade é mais ampla, interconectada e coevolutiva do que se admitia. Há socialidade entre humanos, entre humanos e não-humanos, e entre não-humanos. Por esse ângulo podemos aproximar uma versão microscópica de coordenação – “lente para enxergar organismos interagindo uns com os outros” (TSING, 2019a, p. 94) ou “como as coisas se seguram” (GAN; TSING, 2018) – alhures preocupada com durações mais longas (GAN, 2016; TSING, 2019), daquela de escolha técnica. Para resumir esse segundo conceito, ou antes esse método investigativo focado em adoções e recusas, compartilhamos as palavras de Lemonnier:

“Porque as ações técnicas em construção, bem como as mudanças na tecnologia são em parte determinadas ou englobadas por representações sociais ou fenômenos que vão muito além da mera ação na matéria, sociedades apreendem, adotam ou desenvolvem certas características técnicas (princípios de ação, artefatos, gestos) e dispensam outras. É como se sociedades escolhessem de uma gama ampla de caminhos tecnológicos possíveis que seu ambiente, suas próprias tradições e os contatos com estrangeiros tornam disponíveis para seus meios de ação no mundo material” (LEMONNIER, 2006 [1993], p. 6).

Assim, vale retornar a questão que iniciou a seção. O que se pode dizer sobre a aplicação e sobre a não-aplicação de agrotóxicos? Nosso esboço para tal resposta é o seguinte. Em primeiro lugar, não se deve somente imaginar a recusa ou o aceite da aplicação como escolhas técnicas voltadas a um objeto técnico, pois todo ser e material existe no mundo em relação a outros³¹. Consequentemente, utilizar agrotóxicos implica

³¹ A divisão entre “seres” e “materiais” ou entre “animais, plantas” e “materiais” não condiz com a obra de Ingold, com quem dialogamos aqui, afinal todos estão vivos, pois emergem de/em fluxos em que a forma

outros processos e materiais correlacionados (uso do pulverizador, água para *mistura, extrema* etc). Uma maneira possível de observar uma escolha técnica na fumicultura não se concentra, portanto, na decisão de usar ou não agrotóxicos, senão nas de qual coordenação se pretende efetivar através da distribuição e da ação dos *serviços*.

Coordenação não seria, em nosso sentido, apenas um instrumento narrativo e analítico que parte do antropólogo, o que seria o caso, se não nos enganamos, da definição de Elaine Gan e Anna Tsing. Os fumicultores com os quais estudo aparentam também operar algo como coordenações para enxergarem como os diversos organismos com que vivem interagem. Mais do que isso, se eles observam tais *interatividades* é porque vivem no meio delas e ali *interatuam*. Soma-se a isso a irremissível história da qual fazem parte e a qual Tsing havia encadeado com os conceitos de paisagem e coordenação. Logo, a efetivação dessa ou daquela coordenação entre organismos e materiais não exclui o atravessamento de outras e resulta dos rastros que deixaram as prévias socialidades humanas e não-humanas, uma influenciando na outra³².

A coordenação entre enxadas, ervas, cavalos, agrotóxicos e fumo que seu Estevão e Catarina efetivam são efeito de diversos rastros. Os agrotóxicos são evitados e pouco utilizados pois o uso ampliado significaria a integração, o que acarretaria a *firma* enquanto o detestável *patrão*, além de destruírem as *ervas* que crescem e possibilitam a roça. Afora o *serviço*, os cavalos são domados para que se monte neles em cavalgadas pelos morros do Vale, atividade que Estevão cultivava desde a infância na Serra. A destreza na enxada veio dos anos de arrendamento. E o fumo esteve na vida de Estevão desde os quatro anos e na de Catarina desde os sete.

Inclusive, todos os fumicultores com os quais estive apresentavam uma relação duradoura com o fumo. Alfredo contou que nasceu no mesmo dia em que seu pai plantou fumo pela primeira vez. João, seu filho, trabalha com o pai no fumo desde criança. Ari planta fuma há quarente anos. Paulo há vinte. Todos já trabalharam com cebola, e conquanto ressaltem o dispêndio típico do fumo é com ele que fica sua preferência. Seria

é um constante devir, chamado de vida, não enquanto interioridade, mas como um campo de forças. Não obstante, com fins de nitidez na descrição etnográfica consideramos melhor citar separadamente tais entes, em especial porque na etnografia sua relevância está antes nas ações, *interações* e seus efeitos do que na constituição diferencial das coisas.

³² Devo a Victor Vieira Paulo grande parte do enquadre dessa revisão da antropologia da técnica e da audaz mistura com os conceitos de Tsing.

difícil esperar algo diferente de pessoas cuja relação com a terra e com o trabalho se deu, desde novos, em meio aos pés de tabaco³³.

Efetivar uma coordenação é habitar ativamente a paisagem dentro de uma constelação possível e mutável de relações, o que acarreta a não efetivação de outras, mas não a exclusão de sua virtualidade. A distinção entre controle biológico e controle químico é um exemplo. Ao passo que o *serviço* dos bichos do mato contribui no controle de *pragas*, é o controle químico que dá a tônica na fumicultura. Não pude ouvir de uma só roça de produtor integrado que conseguiu produzir apenas com o controle biológico. Não é que não seja possível, mas os fumicultores – bem como os instrutores – não estão acostumados com tal coordenação e não arriscarão. No fim das contas – literalmente –, os agrotóxicos vêm com o contrato de compra e venda e, portanto, estão disponíveis para uso e, independente do usufruto, serão debitados no valor de compra por parte da fumageira que disponibilizou o insumo em primeiro lugar.

De forma geral, é necessário lembrar que os fumicultores e as fumicultoras que discutem vividamente fórmulas de agrotóxicos e modos de aplica-los, são os mesmos e as mesmas que se orgulham de ter feito parreiras de uva *vingarem* – concluírem eficazmente o cultivo – sem *venenos*. Nossa ideia da coordenação não é, a exemplo, separar plantio com e sem *veneno*, com e sem máquinas, com e sem *animais*, com e sem *mato*, mas é notar empiricamente como se atravessam entes daquilo que talvez pressupomos ser dimensões distintas da vida na fumicultura, isto é, a relação com a roça, a relação com a fumageira, a relação com o mato etc. A continuidade que a coordenação oferece – em especial nessa junção experimental entre Tsing e Haudricourt³⁴ – propicia uma lente para enxergar paisagens sem operar oposições entre processos humanos e não-humanos, notando, inclusive, como esses se entrelaçaram e se entrelaçam ao longo do tempo.

Os sinais desses entrelaçamentos históricos se fazem sentir em várias instâncias. A recusa à enxada pelos mais jovens, preferentes do *serviço* do veneno. A diminuição dos

³³ Vale apontar, os humanos compõem paisagens junto com outros seres e materiais, são todos compostos por alguma estrutura e historicidade. A célebre citação de Marx permanece elucidativa: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011 [1852], p. 25). Ainda quando dizemos que em termos da produção agrícola algum(a) agricultor(a) efetiva determinada coordenação devemos lembrar que eles mesmos são efeitos das estruturas que lhes sujeitam a certas atividades, certas preferências, certos receios etc.

³⁴Uma conexão talvez metodológica e interdisciplinar entre os autores se faz patente no convite que ambos oferecem aos antropólogos para que estudem – e colaborem em – áreas normalmente estranhas aos cientistas humanos como a micologia (TSING, 2019a) e a agronomia (HAUDRICOURT, 1964).

animais de trabalho e das ferramentas a eles acoplados. Nos encontros, outrora ostentosos e hoje no máximo furtivos entre beija-flores e as flores do tabaco. Na ausência das abelhas que não agem no seu *serviço*, agora concedido aos *venenos*, e, que tampouco aparecem como *pragas*. O ponto em que estamos permite enxergar aquilo que Tsing chama de socialidades mais-que-humanas (TSING, 2019) porque as vemos ruir³⁵. Na fumicultura do Alto Vale do Itajaí, a roça em sua composição é testemunha de que coordenação, paisagem e história estão ligadas e que não apenas os *serviços* de humanos e não-humanos, senão o entrelaçamento local e particular entre ambos é convertido em recurso à acumulação capitalista.

³⁵ Dois exemplos etnográficos podem contribuir ao argumento. Na pesca conjunta entre pescadores, botos e peixes na cidade catarinense de Laguna, Brisa Catão ouviu a reclamação dos mais velhos quanto aos botos mais novos. Segundo eles, tais botos e botas já não agem tão bem no momento da pesca por causa da relação com os pescadores mais novos, os *gurizões*. O que se passa é que os *gurizões* são muito afoitos e quando pescam junto com botos e botas eles os ensinam – ou viciam – a atuar em uma cadência de pressa improdutiva (CATÃO, 2019). É como se houvesse uma co(des)aprendizagem que rompe com a coordenação habitualmente efetivada. Pode haver também uma aprendizagem motivada pelas rupturas nas coordenações. Tal parece ser o caso dos agricultores do sertão paraibano com quem Gabriel Holliver (2019) esteve se denominam *experimentadores*, pois vivem de aprender com inúmeras tentativas práticas agrícolas que resistam face ao que chamam *desmantelo* do mundo, “acontecimento compreendido como uma degeneração que as coisas podem sofrer, resultado de incidência (ou falta) de ações antrópicas” (HOLLIVER, 2019, p.63).



INTERLÚDIO – AUSÊNCIA NO ALTAR

A tímida luz daquela manhã chuvosa se embebia em ouro quando refletia nos tons dourados do trompete, do trombone e do saxofone. Homens e mulheres de rugas marcadas e cabelos ralos embranquecidos empunhavam os instrumentos e com seus fôlegos misturavam-se aos metais. Embalados pelos naipes, carros estacionavam, motores desligavam, portas batiam, passos se aproximavam, subiam os poucos degraus e enfim atravessavam a porta. Casais, crianças, primos, parentes e toda sorte de gente conhecida encontravam um assento apropriado nos longos bancos de madeira.

Logo, a música se tornou ruído, pano de fundo para os apertos de mão, para os estalos dos beijos, para os tapas dos abraços, para os bons dias, para os quando será que vai parar chover. A essa altura a luz refletia nos óculos, nos relógios e nos crucifixos prateados dos colares. Por sua vez, o grande crucifixo apregoado à parede freava os raios luminosos com sua madeira fosca, talvez ainda envergonhada com as presenças especiais que o altar sob si ostentava.

Cestas de palha abrigavam cebolas, tomates, chuchus, espigas de milho, pepinos, batatas, abóboras, além de plásticos com biscoitos de nata e de algumas cucas, a maioria com embrulho e bandeja de uma das padarias da cidade. Era um domingo nos idos de maio, época dos dias de festa da igreja luterana local e dia do culto da colheita. Disseram que antigamente as cestas eram maiores e mais cheias, sempre com os cultivos mais bonitos que os colonos haviam reservado. Cada um levava um volume da sua roça para que ao fim do culto fosse leiloado por preços exagerados. No fim, o valor arrecadado se destinava à igreja e se juntava com a arrecadação geral das festividades paroquiais.

Hoje o dinheiro do serviço de padaria e dos almoços e jantas dá conta do recado. Não há mais leilão dentro do templo. As cestas são menores e assim compensam o vazio que o tempo lhes legou. Mas, mais importante, elas permaneciam lá e se encontravam com meus olhos enquanto se entoava os primeiros hinos do culto. No entanto, havia algo que meus olhos buscavam em vão. Visualmente eu vasculhava as cestas e o altar inteiro à procura daquelas folhas compridas em tons esverdeados ou amareladas cujo cheiro eu podia reconhecer à distância. Era dia de agradecer e louvar, mas aparentemente, não pelo ou para o fumo. Eu reconhecia algumas mãos grossas que naquele instante se cruzavam

em oração, sabia que findado o culto e o almoço festivo voltariam para as estufas onde noite a dentro iriam se fundir com o toque áspero do tabaco empoeirado, embonecando e/ou classificando o fumo para as últimas etapas da venda.

Mas, afinal, por que não o tabaco? O que há de diferente no fumo? E, tendo visto que o cultivo é fruto das dinâmicas de *serviços* que compõem a roça, o que *lutar com o fumo* tem de distintivo? Com essas questões em mente, no capítulo a seguir nos aprofundaremos nas atividades que ocorrem na roça, em especial na época da safra. Desse modo, a convivência com fumicultoras e fumicultores permitirá quiçá não uma resposta nítida, mas, com certeza, uma reação iminente.



CAPÍTULO 2 – O RITMO DA LUTA

“No que a gente puder te ajudar... Mas a gente tem um ritmo diferente” me alertou Alfredo em nosso primeiro encontro, sentado ao meu lado no meio da roça de fumo enquanto pitava o palheiro. A frase sucinta resumia as advertências que reservava para mim, um rapaz cujo cumprimento com mãos finas denunciava de pronto uma vida longe da lida na terra.

Suas palavras ecoavam em minha mente todas as vezes que durante os *serviços* meus braços fraquejavam, em que o suor tomava conta da pele e da roupa, em que o odor das folhas de tabaco tornava-se indistinto do meu, em que, no dia seguinte, vomitava e descobria aflitivamente juntas do corpo, momentos em que era escancarada a distância prática entre mim e meus interlocutores, experientes agricultores, trabalhadoras e trabalhadores da *luta do fumo*. Embora houvesse escutado o termo *luta* para se referir às diversas atividades agrícolas (cebola, leite, porcos...) ou mesmo alguns serviços urbanos (em especial no universo da construção civil) no Alto Vale do Itajaí, a recorrência e a ênfase da expressão eram significativas no que concernia a fumicultura. A versão verbal também era corrente e quando um fumicultor é questionado quanto a sua ocupação é provável que responda que “luta com o fumo”.

Tal expressão permanece ambígua e é na ambiguidade que me detenho quando nela penso, afinal foi com ambiguidade que convivi no trabalho de campo. A conversa que tive com Guilherme, apresentada parcialmente no primeiro capítulo é um bom exemplo e agora a completo. Em menos de uma hora a resposta inicial descrita anteriormente: “Quer saber uma coisa sobre o fumo? Não plante!” foi complementada pela conclusão de que “mas não tem outra. Se o colono quer dinheiro é só no fumo mesmo”.

Pude sentir algo semelhante quando trabalhava com a família de Solange e Ari, que figurará mais neste capítulo. Enquanto que o filho mais velho, Carlos, já casado e com uma casa contruída ao lado da família, dizia conseguir se manter no campo graças ao fumo, seu irmão mais novo, mas já maior de idade, Lucas tinha outra avaliação. “Sabe o que o cara ganha no fumo?” – indagou-me na roça enquanto enchíamos com as folhas recém *quebradas* a caçamba do trator – “Cansaço!”. À época considerava entrar no

exército ou cursar alguma capacitação em mecânica. Não queria saber mais da *luta do fumo*.

Lutar com o fumo é, com efeito, ambíguo³⁶. A frase parece sugerir dois significados concomitantes e tensionados. De um lado, *lutar com* indica fazer do fumo um parceiro possível, ainda que não ideal, para levar a vida. É com o fumo que se consegue dinheiro, que se consegue até obter uma propriedade, alguns bens e, talvez sobretudo, permanecer no campo e na agricultura no Alto Vale do Itajaí. De outro, *lutar com* atesta a dimensão combativa na fumicultura, ou seja, implica lutar contra o fumo, contra as folhas contra as *firmas*, contra as doenças e contra o cansaço. Dia após dia deve-se enfrentar a rotina do fumo, viver a despeito dos *serviços* extenuantes que despertam e esmaecem agricultoras e agricultores.

Como disse, essas perspectivas contraditórias parecem conviver e não é nosso objetivo separar uma da outra, ainda que concluamos – em acordo com os fumicultores – que a dimensão dispendiosa assuma uma maior parte da carga semântica e experiencial. Assim, neste capítulo abordaremos aquilo que distingue localmente o fumo dos outros cultivos, o ritmo. Nesse esforço, as contradições que discutimos serão tematizadas e ampliadas conforme as preocupações dos fumicultores.

2.1. O ritmo da safra e a safra do ritmo: os pés de um etnógrafo-metrônomo

Cheguei a pé de manhã cedo na roça de Ari e Solange. Era dezembro, época de colheita, e sabia que a família toda estaria na labuta. Da estrada tentei enxergar algum movimento em meio ao verdume tabacaleiro. Logo meus olhos se depararam com uma sequência de chapéus, os quais se deslocavam juntamente em uma cadência bastante uniforme. Durante o movimento cada um, lada-a-lado, cortava uma das carreiras de pés de fumo – que compunham a lavoura.

Com pressa, juntei-me ao grupo após ter deixado minha mochila no trator, cuja caçamba aguardava os *motes* – quantidade de folhas de fumo carregadas com os braços – que *quebrávamos*. Eu já trabalhara antes com Ari e com outros fumicultores e conhecia o *serviço* de *quebrar e puxar* – carregar – fumo. Assim, entrei no grupo composto por

³⁶ A expressão “lutar com” ou “luta do/da” é comum no interior de Santa Catarina. Por exemplo, Arlene Renk intitula sua etnografia com grupos caboclos do Oeste do estado de “A luta da erva” (RENK, 1997).

Ari, Solange, seus filhos, Lucas, Carlos e sua esposa Lídia, e Rogério, camarada contratado para a safra³⁷, e comecei a *quebrar* fumo.

Em poucos minutos os chapéus que me acompanhavam nas carreiras ao lado estavam visíveis, mas bem à frente da minha posição. No mínimo, a lentidão e o consequente atraso me proporcionaram uma boa visão de o quão paralelo e ágil é o movimento daqueles que trabalham na roça. Desse modo, pude seguir o conselho do filósofo Henri Lefebvre quando em seu livro póstumo “A ritmanálise”, sugere que o analista dos ritmos faça de si um metrônomo pelo qual percebe a ritmicidade almejada, através das diferenças com sua própria cadência habitual (LEFEBVRE, 1992, p. 19)³⁸. Assim, experimenta-se conviver empiricamente com os ritmos que busca estudar na pesquisa sobre uma região, uma cidade, ou mesmo uma roça.

Não se deve depreender, contudo, que a diferença rítmica tem um fundamento puramente quantitativo. Em outras palavras, o descompasso entre mim e os fumicultores não se dava em primeiro lugar porque o fôlego e a resistência exigidos às atividades agrícolas devem ser condicionados fisiologicamente, embora isso sirva a uma parte da explicação.

Aprendi essa lição na roça de Alfredo. Após algum tempo trabalhando na *capação*, eu já não ficava tão atrás dos movimentos de Alfredo e João. Concentrado no intuito de me provar um bom *camarada*, apurava os passos e os gestos que rompiam os brotos e flores dos pés de fumo, sem, todavia, perder a eficácia da ação. Em dado instante percebi que havia, enfim, obtido sucesso, pois terminara de *capar* minha carreira um pouco antes de João e substancialmente antes de Alfredo. Contente com o desempenho, já me dirigia à nova carreira para não perder o embalo, quando notei que findada sua carreira, João, em vez de começar outra, adentrou aquela em que seu pai trabalhava, ajudando-o a concluí-la. Competência envolve antes *interatividade* do que intensidade³⁹. A partir de então e graças ao embaraçoso equívoco, notei que a etiqueta esperada ao fim do término de uma carreira era contribuir no término da carreira de outrém.

³⁷ A camaradagem é uma forma de trabalho agrícola em que o camarada é contratado através de um valor diário pré-estabelecido (média relatada atual de R\$ 100,00 a R\$ 120,00). À frente no texto exploraremos a questão envolvida na relação entre o sistema de camarada e a fumicultura, tendo em vista a percepção a respeito do valor negligenciado da mão-de-obra na fumicultura e sua influência no debate sobre proletarianização camponesa.

³⁸ Para considerações etnográficas através do conceito de ritmanálise em um caso urbano brasileiro, ver Frehse (2016).

³⁹ Aqui a correlação entre ritmo e *taskscape* se faz premente. Não por acaso uma explicação de Ingold para o conceito de *taskscape* é a de que as pessoas quando realizam suas tarefas “attend to one another” (INGOLD, 2000, p. 196), isto é, levam em conta as tarefas umas das outras.

É nesse sentido que convém prescrutar o ritmo através de suas distinções qualitativas, as quais são eminentemente sociais. Logo, os modos pelos quais o ritmo é modulado, e assim, efetivado são índices de socialidades pouco explícitas em descrições verbais sobre as atividades ritmadas. Por isso, o etnógrafo-metrônomo em nossa proposta não está fixo em seu próprio andamento mas se move ativamente em um plano de atividades compartilhado entre nativos e antropólogo.

As últimas considerações pretendem complementar a perspectiva de Lefebvre e derivam de Sautchuk e Sautchuk (2014) quando advogam por um “engajamento etnográfico” nas atividades que seus interlocutores vivenciam. Dessa maneira, o equívoco – tal qual o por mim vivido na *capaço* – permite aprendizagens, pois “marca e qualifica uma diferença, assumindo por isto mesmo um papel heurístico de primeira ordem” (SAUTCHUK; SAUTCHUK, 2014, p. 577). À frente outras dificuldades no engajamento prático servirão de catalisadores para nossa análise do ritmo, a qual, à presente altura demanda um discernimento entre a mobilização nativa da categoria, daquela que a antropologia desenvolve⁴⁰.

É possível sumarizar a questão da seguinte forma. Por um lado, ritmo é uma categoria nativa, um termo mobilizado pelos fumicultores em suas conversas comigo, em particular como um diferencial da lida com o fumo em relação a outros cultivos e trabalhos. No entanto, como se espera evidenciar, não é tanto por causa do discurso local que a noção de ritmo é tão potente, senão pela dimensão vivida e compartilhada nas longas jornadas de trabalho em que o conceito emerge junto às gotas de suor. Por outro lado, a antropologia tem trabalhado esse conceito no que diz respeito às técnicas e tecnologias, temas através dos quais essa monografia se aproxima da relação entre agricultores e suas lavouras e serviços. Vale adiantar que esta seção está mais pautada pela possibilidade que categoria analítica traz em revisitar dois aspectos bastante discutidos na fumicultura. Já a seção seguinte partirá da categoria local para melhor desenhar a luta do fumo.

Na perspectiva teórica, Ingold (2015) discute um conceito de ritmo que baliza nossa discussão. Começando pela negativa, para o autor ritmo não deve ser compreendido como a repetição eficaz de movimentos semelhantes inconscientemente introjetados e, portanto, automatizados no corpo e na prática de um sujeito. Ingold aposta na inversão

⁴⁰ Inspirei-me aqui no desdobramento que Di Deus realizou em sua tese acerca da articulação entre técnica e trabalho na haveicultura paulista quando apresenta a categoria de ritmo através da percepção nativa dos *sangradores* e do desenvolvimento teórico da antropologia da técnica (DI DEUS, 2017, Capítulo 3).

do senso comum acima. Ritmo é, então, a sintonização que canaliza e ordena diferentes movimentos do organismo objetivando correspondência com os movimentos ambientais através de processos sensíveis. A disposição essencial para a efetivação das correções sensoriais, as quais conformam o ritmo, é o “acoplamento íntimo de percepção e ação” (INGOLD, 2015, p. 105).

Mais uma vez, foi o engajamento na roça que fez palpável a complexidade da proposta teórica de ritmo acima. Ainda que tivessem me explicado e demonstrado o serviço, o fator mais difícil era olhar e perceber quais folhas estavam amareladas e quais não. A mim, todas pareciam apenas verdes, o que me atrasava nos momentos em que tentava decidir se tal ou tal folha estava amarela o suficiente. Esse era um lado do problema.

Outra dificuldade no trabalho era meu modo de me movimentar e me posicionar na colheita do fumo, em especial nas vezes em que *quebrávamos o baixeiro*, isto é, como vimos no primeiro capítulo, quando colhíamos as folhas mais baixas do pé. Ao passo que eu ficava de cócoras para coletá-los, os agricultores permaneciam de pé curvando seu torso em direção ao solo, talvez dobrando um pouco seus joelhos. Desse modo, eles adentravam quase que de corpo inteiro na densidade de folhas de fumo, o que os permitia alcançar as folhas do lado oposto em que estavam, além de enxergarem melhor as folhas que colhiam. Eu, do meu lado, inábil em projetar meu corpo sobre as plantas, ficava menos envolto de folhas, dificultando ainda mais a percepção de quais selecionar. Por fim, se minha posição exigia descer e levantar a cada pé de tabaco, os fumicultores só precisavam torcer e subir a parte superior do corpo de quando em quando, de modo que por vezes mantinham a posição enquanto iam de um pé a outro, o que lhes conferia maior velocidade.

Nota-se que no primeiro exemplo, o fato de eu não saber perceber distintivamente a coloração das folhas inibia minha capacidade de ação sobre as mesmas. O segundo caso indica o inverso, pois minha postura e falta de mobilidade contribuíam à dificuldade perceptiva. A percepção faz a ação; a ação faz a percepção. Ambas instâncias quando necessariamente imbricadas constituem, conforme Ingold, o ritmo; em nosso caso, o ritmo do trabalho e assim oferecem uma explicação da minha distância em relação aos experientes fumicultores. No mais, torna-se impossível “ignorar o peso das diferenças, a começar pelas capacidades de percepção e ação, que são frutos de engajamentos não livremente agenciados” (SAUTCHUK; SAUTCHUK, 2014, p. 594). De fato, no caso da fumiicultura a ritmicidade da colheita não é uma esfera autônoma da cadeia produtiva e

que surge do livre-arbítrio de cada unidade produtora. Pelo contrário, os ritmos vividos na safra emanam da relação – posteriormente discutida aqui – com as estufas de secagem que, por sua vez, indicam os prazos e demais vínculos desenvolvidos com as empresas fumageiras.

Assim, se há um ritmo no trabalho, é porque há também ritmo nas diferenças entre as folhas. As cores mais ou menos amarelas correspondem à diferença entre maior ou menor exposição ao sol (entre outros fatores), ou seja, a habilidade rítmica íntima de movimentos *na* roça permite a percepção dos movimentos, das variações rítmicas ambientais *da* roça. Compreendida essa dinâmica percepção-ação que configura o ritmo, é importante que se reexamine, em especial na etapa da colheita, um aspecto de negatividade – isto é, lido sob o signo da ausência – que a ampla literatura acerca da fumicultura discute. Trata-se da recusa por parte dos agricultores à utilização habitual dos equipamentos de proteção individual (EPIs)⁴¹. Começemos com outro equívoco do etnógrafo.

Chovia forte e, como quem *luta com o fumo* não pode se dar ao luxo de esperar, a família de Ari e Solange, “somada” de um etnógrafo, dirigiu-se à roça. Apesar de estar ciente dos perigos que o contato com o tabaco molhado (mais sobre este assunto na próxima seção), eu estava contente em estrear a minha recém adquirida botina de borracha no trabalho. No entanto, enquanto desembarcávamos da caçamba do trator, percebi ser o único com tal botina, de fato utilizada pelos fumicultores em vários dias de *serviço*. Aliás, eu era o único com qualquer tipo de calçado. A família toda encostava a terra com os pés desnudados. Embora estranhasse a situação, resolvi não indagar e me ative à labuta.

Com efeito, não foram precisas palavras para explicarem a razão de trabalharem descalços naquele dia. Ainda na primeira carreira que eu *quebrava* pude sentir um dispêndio maior no ato de andar, causado por algo que pesava sob minha botina. A terra encharcada grudava nos sulcos do calçado e ao seu redor. De pronto busquei com os olhos quaisquer pares de pés à vista e confirmei o fato de que, ao contrário de minha botina, nada ali se acumulava. No mais, a tarefa de subir na caçamba para depositar os *motes* de fumo, tornava-se difícil e perigosa, pois a lama acumulada era escorregadia em contato com a madeira da caçamba e da rampa que a acessava. Somada a minha costumeira

⁴¹ Os EPIs prescritos para as atividades na fumicultura são: 1) para o trabalho na roça: chapéu de palha ou boné árabe, protetor solar, sapatos fechados, e em dias de chuva botas impermeáveis e capa de chuva; 2) para manuseio e aplicação de agrotóxicos: boné árabe hidrorrepelente, calça e blusa hidrorrepelente, viseira facial, respirador, avental impermeável, luvas de nitrila, botas de PVC (ALMEIDA, 2005 apud CORRÊA, 2017, p. 50).

vagareza, estava a dificuldade em sequer manter um ritmo sem cansar demais as pernas, fadadas a carregar a lama da roça.

Tendo em vista o episódio – ruim para *quebrar*, mas bom para pensar –, convém salientar que a botina é também um EPI no que diz respeito à jornada de trabalho de dias chuvosos. Seria possível a análise de outros componentes de um EPI completo e voltado em particular à aplicação de agrotóxicos. Não obstante, esse é o caminho tomado por boa parte das pesquisas que relacionam fumicultura, saúde e segurança e ele está marcado por uma deficiência que buscamos suplementar. Por isso, e com uma provocação ingoldiana em mente, há de se deter, tal qual no relato acima, no problema dos pés e seus equipamentos.

Antes, porém, uma breve nota sobre a associação entre sistema integrado e os EPIs deve ser escrita. Como relativo a outros equipamentos produtivos, a aquisição dos EPIs é uma exigência por parte da fumageira. Então, a fim de que possa efetivamente se integrar, o(a) agricultor(a) deve comprar os EPIs requisitados, geralmente oferecidos pela própria fumageira. A aquisição (prévia ou não) e o uso são, no fim, requisitos contratuais. Apesar disso, como atestam as narrativas em campo, as fumageiras demonstram pouco interesse em de fato vistoriar o uso dos EPIs, ainda que visitem com certa frequência as propriedades de seus integrados.



Fotografia 3 - Material explicativo do uso dos EPIs ao lado da estufa no galpão. Notar

que há diferença entre os EPIs de trabalhos com fumo “úmido” (chuva e orvalho) e enxuto (secos)

Primeiramente, se retornamos ao chuvoso dia em que pela primeira vez me deparei com os pés descalços dos agricultores, é digno adentrar em tal prática. Refere-se aqui ao fato de que, como vimos, o ritmo se concretiza com a sintonia entre percepção e ação. O que eu experimentei era precisamente a cisão dessa relação, ou melhor, o desvio da canalização de tal sintonia para outra tarefa que não o ato de *quebrar* fumo. Meus esforços se concentravam na tentativa de conciliar o peso extra percebido na sola da botina com a atividade de andar na roça. Embora fosse mais seguro em termos toxicológicos⁴², a situação era objetivamente contraprodutiva, dado que distraía o corpo do trabalho.

Os pés descalços dos fumicultores e das fumicultoras, por sua vez, compunham com o solo molhado uma relação habilidosa que os permitia prosseguir com certa estabilidade seu trabalho diário. Assim, se Ingold caracteriza a história dos calçados – e do calçamento e da pavimentação – como a “mecanização da atividade dos pés” e a bota como responsável por “reduzir a atividade de caminhar à atividade de uma máquina de pisar” de tal modo que “priva os usuários da possibilidade de pensarem com os pés” (INGOLD, 2015, p. 78), o que se pode dizer a respeito do uso ou do desuso de calçados no *serviço* da roça de fumo?

Em primeiro lugar, é preciso antecipar qualquer tentativa de simplesmente opor atividades calçadas e descalçadas. Na roça de Alfredo, estávamos no trator voltando para casa a fim de almoçar quando de repente ele pula do automóvel. Em poucos instantes está de volta ao volante, agora portando ao lado do assento uma bota siliconada de cano alto. Eu não havia percebido, mas no decorrer da manhã, Alfredo mudara seu calçado. No início, devido ao frio da aurora (o *serviço* começou às quatro da manhã) a bota siliconada era mais apropriada, porém quando o sol se instala no firmamento Alfredo preferia a botina baixa de borracha. Segundo João, seu filho, deixar os calçados espalhados pela roça era uma mania que o pai dividia com esquecer o palheiro sobre a orelha enquanto enrolava um novo.

⁴² Na fumicultura os EPIs são teoricamente responsáveis por preservar o(a) usuário(a) da “exposição direta com o solo, com o fumo e com os agrotóxicos” (CORRÊA, 2017, p. 49) (grifos nossos).

Nota-se que há, em vez de uma oposição, um encadeamento das possibilidades⁴³ de usar calçados diferentes, ou mesmo, em especial na chuva, de não usar nenhum. A proposição de Ingold de que os pés pensam faz sentido em especial se entendermos os calçados não como confinantes da cognição, mas como mediadores de um pensamento que une humanos e o mundo ao seu redor (INGOLD, 2015, p. 89). Assim, não é o calçado enquanto ferramenta podal que em si define em qual modalidade de ação o pé se inscreverá. É, ao contrário, a conjugação entre a responsividade sensível dos pés e seus equipamentos com as condições particulares e momentâneas do ambiente, ou ainda, do que o autor chama de mundo-tempo (INGOLD, 2015).

Nesse sentido, o que os estudos de saúde coletiva e do trabalho podem aprender com estudos notoriamente qualitativos, como é o caso da etnografia, é que em cenários de ação prática estatísticas serão bastante opacas. Um bom exemplo disso está precisamente no caso da bota enquanto EPI na fumicultura. Nos estudos que separam a indumentária do EPI a fim de, através de questionários e relatos, investigar quais peças são mais ou menos utilizadas a bota/botina figura sempre com altas taxas de uso (67,0% em AGOSTINETTO, 1998, p. 52; 94,23% em HEEMANN, 2009, p. 93; 87,7% em CARGNIN *et al.* 2016, p. 4). Aí está o limite de pesquisas quantitativas que falham em captar as nuances efetivas de uso, uma vez que não adentram o universo da prática pesquisada.

Caso o fizessem seria perceptível que, no mínimo, conviria estabelecer variáveis de condições ambientais da atividade vinculada ao EPI, algo que, conquanto sem pretensões estatísticas, Corrêa realiza em sua dissertação sobre o entendimento do produtor acerca do uso de EPIs na fumicultura do sul gaúcho (CORRÊA, 2017). Essa ressalva não pretende desprezar as atuais pesquisas em saúde coletiva. Pelo contrário, espera-se que a empreitada científica que aqui conduzimos contribua com outras ciências que descrevem criticamente a fumicultura. Enfim, o que se pretende apontar é o fato de que ainda falta explicitar o cerne contraditório do problema, isto é, o fato de que a

⁴³ Considerar um “encadeamento de possibilidades” implica notar a criatividade dos usuários e dos “não-usuários” de EPIs em rearticular distintos materiais para dentro de tarefas e propósitos não planejados pelo projeto tecnológico, além de levar em conta atividades sociais mais amplas que excedem as jornadas na roça. Junto de fumicultores do Rio Grande do Sul, Corrêa (2017) ilustra ao menos dois exemplos dessa inventividade. Um dos entrevistados revela empregar o avental destinado à aplicação do agrotóxico como roupa de chuva, uma vez que se revela menos quente que o EPI próprio à chuva e, ainda assim cobre a região da costela, onde os fumicultores normalmente carregam o *mote* de fumo apertado contra o corpo com o braço (CORRÊA, 2017, p. 81). Em outra conversa, a pesquisadora conheceu um fumicultor que utilizava dois pares de luva na roça, um sobre o outro. O zelo para com a mão era tal porque o homem em questão trabalhava, além do fumo, em uma padaria e de confeitaria na própria casa (CORRÊA, 2017, p. 85).

exigência do uso dos EPIs opõe diretamente a exigência um pouco mais tácita, e, no entanto, muito mais relevante para ambos lados do negócio, de produzir, e produzir bastante e bem.

Assim, não basta concluir que o hábito de utilizar EPIs é rejeitado porque eles são, como várias entrevistas e contatos com fumicultores atestaram, “desconfortáveis” (TROIAN et al. 2009; CARGNIN et al., 2017; CORRÊA, 2017) graças à temperatura corporal enfrentada por causa do uso das vestimentas, fato eminentemente relevante. Que sejam desconfortáveis é um fato incontestado, porém não mais do que a constatação de que isso se aplica à *luta do fumo* de forma generalizada nos diversos *serviços*. Afinal, o discernimento de que empregar o EPI é algo incômodo parece acarretar que uma tarefa a princípio minimamente cômoda se tornou deteriorada com a presença do equipamento de proteção individual. Quando, entre outras conversas, o jovem Carlos – de pés descalços – diz que o que se ganha no fumo é “cansaço”, não acredito que o uso do EPI implique em primeiro lugar um acréscimo no dispêndio das atividades, ainda que este seja também um fator verídico. Há outro atravessamento mais fundamental que o EPI configura.

Embora o EPI possa surgir como instrumento mediador de uma relação habilidosa, em diversos momentos ele representa justamente o contrário – como no caso descrito acima – e agricultor algum se comprometerá a arriscar a prática habilidosa na roça em benefício do uso correto do EPI. Isso se explica pelo fato de que, não obstante a variação de conjuntos para dias chuvosos, a compra (na efetivação do contrato de integração) e o uso dos EPIs surgem como compromissos que antecedem as variações práticas que afinal efetivam o *serviço*. Já o *serviço*, como um ato *interativo* na *taskscape*, é mais responsivo com os materiais e com o mundo e, por isso, a fim de compor relações habilidosas com o ambiente, deve-se muitas vezes relegar o uso do EPI. Não se deve concluir, todavia, que há uma simples oposição em que fumageira age por compromissos e os fumicultores por sensibilidades, pois, ao fim e ao cabo, a fumageira age por meio do fumicultor, ou ao menos assim o tenta.

Enfim, há uma contradição eminente na relação entre a necessidade contratual (entre fumageira integradora e fumicultor integrado) de comprar e utilizar os EPIs e a expectativa, um tanto menos formal, porém mais pertinente a ambas partes, de que as atividades agrícolas resultem eficazmente em uma boa produção de fumo, fruto de *serviços* bem feitos. Então, quando em dias de chuva os agricultores preferem trabalhar descalços (sem EPI para fumo úmido), porque assim mantêm melhor a capacidade de locomoção e o conseqüente ritmo do *serviço*, não seria correto afirmar que o que fazem

é apenas contrariar os intuitos da *firma* (discurso praticado pelas fumageiras nessas situações), dado que estabilidade e eficácia na produção são também objetivos das fumageiras. E, no fim, para alcançar tais atributos que beneficiam a produção tabacaleira, as empresas não podem prescindir da habilidade camponesa em pensar e repensar ativamente o solo com as solas dos pés.

A articulação entre processos centrais às empresas, como é o caso da instauração contratual do uso de EPIs, e as práticas marginais que compõem o dia-a-dia da produção de mercadorias, tal qual a marcha descalça na colheita do fumo, foi analisada por Tsing. No primeiro capítulo vislumbramos tal atrito sob o que a autora chamou de acumulação de resgate, em que não há uma distinção entre processos ou culturas capitalistas e não-capitalistas, em que se presume que os primeiros paulatinamente subjugam os segundos e em determinado momento histórico os convertem também ao sistema capitalista. O que existe, em contrapartida, são relações entre processos capitalistas centrais e aqueles às margens, pericapitalistas, em que a conversão de seus materiais, atividades e força de trabalho para valores capitalistas não é absoluta, pois para que o capital se aproveite das margens ele precisa em alguma medida das relações e habilidades diversas e locais⁴⁴.

Bem como os diferentes grupos que catam os cogumelos matsutake, posteriormente vendidos a preços astronômicos no Japão, assim o fazem sem que algum empresário os ensine a encontrar tais fungos (TSING, 2015), os fomicultores em boa medida prescindem da orientação técnica das fumageiras para que saibam andar e trabalhar na terra de modo a produzir o esperado, o que no fim condiz, é certo, com a intenção da *firma*. São engajamentos ativos com o ambiente, perpassados por socialidades particulares – como vimos com a etiqueta de contribuir ao término da carreira do vizinho na roça –, além do desenvolvimento de habilidades com materiais, insumos fornecidos pelas fumageiras, que, de fato, possibilitam a geração de mercadorias.

O que se observa é uma convivência e uma interpenetração, mesmo que imperativamente tensas, entre processos do cerne industrial e aqueles que a antropologia costuma rotular tracionais e/ou locais. Com isso esperamos nos juntar ao crescente coro

⁴⁴ Outra modalidade de explicação que Tsing oferece é a teoria da escalabilidade e sua contrapartida não-escalável (TSING, 2019a). Em poucas palavras, projetos escaláveis são aqueles mantêm a mesma estrutura e execução a despeito dos acréscimos de escala da operação. No entanto, a antropóloga ressalta o fato de que, bem como na conceituação de acumulação de resgate, que não há purificação completa de processos capitalistas e escaláveis: “Na melhor das hipóteses, projetos escaláveis são articulações entre elementos escaláveis e não escaláveis” (TSING, 2019a, p. 189).

de etnografias da técnica no Brasil em que se recusa a separação de práticas humanas conforme o divisor Modernidade/Tradição (BRUSSI, 2015; BECHELANY, 2017; FAGUNDES, 2019). Assim, nossa etnografia em particular se depara com tal problemática quando encontra uma agroindústria feita por núcleos familiares em seus minifúndios. Por isso, aqui a indústria deve ser considerada antes uma grande questão de pesquisa do que uma categoria estabilizada a fim de circunscrever a cadeia produtiva do fumo⁴⁵. A seção seguinte continua com a problemática industrial através das elaborações locais de como se identifica o “ritmo diferente” que fumicultoras e fumicultores (além de outros agricultores e demais concidadãos do Alto Vale) dizem constituir a particularidade da *luta do fumo*.

2.2. “O fumo não espera”: trabalhar entre o habitar e a mercadoria

Acabado o tempo de descanso do almoço era preciso decidir se retonávamos à roça ou não. Eu estava na varanda da casa junto com Ari, Carlos, Lídia, Lucas e Solange. Todos mirávamos o horizonte à frente que rapidamente conjugava a roça de fumo com nuvens escuras e carregadas. Lídia fora a primeira a sugerir a volta ao trabalho. Ela achava melhor arriscar e trabalhar na chuva eminente do que ter que acordar ainda mais cedo – a família habitualmente acordava antes das cinco da manhã – no dia seguinte e compensar o tempo perdido de roça. Ninguém se animava a comentar e já que ela fora responsável por trazer o tema à mesa deixaram a seu encargo a decisão final. De qualquer maneira, se não fossemos à roça, além de termos que adiantar o horário da jornada no dia seguinte, passaríamos a tarde inteira, e não apenas seu fim, trabalhando no galpão junto à estufa de secagem, organizando ou classificando as folhas. Lídia optou por ir à roça e não tardou para que gotas pesadas molhassem as pontas das folhas e as abas dos chapéus.

O trabalho sob a chuva já me fora relatado como um problema antes. “O ruim do fumo é que se chove tem que ir lá colher de qualquer jeito. Na cebola, tu espera. Mas no fumo tem que lá quebrar mesmo debaixo de tempestade” disse Egon, o qual suportou a fumicultura por apenas dois anos. A necessidade de tamanha constância do trabalho advém de alguns motivos centrais. As folhas de fumo, quando consideradas prontas, dão

⁴⁵ Devo essa percepção aos comentários de Carlos Sautchuk em locução com as apresentações das pesquisas – igualmente valiosas às minhas considerações – de Silvia Poletti a respeito do contexto industrial da suinocultura gaúcha e de Paulo Gomes de Almeida Filho a respeito do contexto industrial da pesca potiguar.

largada a uma corrida para a colheita, pois é comum que algum evento climático afete negativamente a produção. Dois opostos são comuns no verão, época da colheita. De um lado, o prolongamento de dias ensolarados e quentes é responsável por *queimar* as folhas. De outro, chuvas com granizo, as temidas *pedreiras*, chegam a arrancar as folhas dos pés.

As *pedreiras* por si só merecem algumas notas. Não houve propriedade em que estive onde o granizo não fosse tópico de conversas emotivas a respeito de acontecimentos passados e apreensivas no que concerne as possibilidades futuras⁴⁶. Alfredo dizia que *pedreira* “leva plantação, leva mato, descem as árvores tudo” A maioria citava “a pedreira do dia 2 de fevereiro de 2015” como um granizo famoso que abalou boa parte das safras na região estudada no Alto Vale do Itajaí. A família de Estevão, por exemplo, colheu apenas um quarto do que foi plantado. O *serviço* após o granizo é penoso, não tanto fisicamente, mas pelo vislumbre de uma roça parcial ou completamente destruída. Não há, contudo, tempo para lamentar, pois é preciso *puxar* as folhas que sobreviveram sem muitos furos de gelo, ou as que não se deterioraram no chão encharcado. Em razão da pressa, é comum que parentes – mesmo os que não trabalham na agricultura – venham para ajudar os fumicultores na colheita emergencial.

A Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), entidade mediadora entre produtores e empresas, opera desde 1956, seu segundo ano de existência, o “sistema mutualista”. Trata-se do bem conhecido na fumicultura *seguro do fumo*. Mediante uma anuidade paga pelo fumicultor à AFUBRA, estabelece-se que, em casos comprovados de danos à plantação de fumo na roça, a associação pagará uma parcela do valor investido pelo agricultor.

Convém, todavia, enfatizar o fato de que o fumo deve estar na roça no momento em que é afetado. Caso já tenha sido colhido e, só então, danificado é difícil que o fumicultor consiga efetivar o seguro. A exemplo, Silvio, com quem começamos a primeira seção do primeiro capítulo e cujo incêndio no galpão afetou as folhas de tabaco ali armazenadas, não conseguiu acionar o seguro para o fumo, apenas para as duas estufas destruídas. Na ocasião Silvio comentou: “saiu da roça, não querem mais saber”, além de destacar que a AFUBRA “não representa”. Há aqui um ponto de tensão em que os fumicultores percebem que o seguro da roça a protege por ser o único domínio de produção onde o tabaco pode permanecer saudavelmente por certo tempo, já que depois

⁴⁶ A condução de uma pesquisa voltada às rezas contra pedreiras, as quais não presenciei em primeira mão, relevaria aspectos relevantes da relação de eficácia entre roça e religiosidade sem, é certo, abrir mão de outras eficácias técnicas

de colhido deve ser levado à estufa em não mais que um dia, a qual, por sua vez, comporta apenas determinado volume. Os *colonos* sabem que sua perseverança está em segundo plano, atrás do objetivo empresarial da manutenção da cadeia de suprimentos

Por sua vez, as estufas também podem estar asseguradas no “sistema mutualismo”. Além dos frequentes incêndios, as chuvas também acarretam danos à estrutura de cura, principalmente quando aliadas a fortes ventos, deslocam e derrubam as telhas que cobrem a estufa. Na propriedade de Paulo, Inês e Guilherme, uma das estufas havia sido palco de três quedas somente em janeiro graças aos ventos. Na terceira vez Guilherme estava envergonhado ao ligar para a AFUBRA.

Nota-se o quão impactante as chuvas e suas variações podem ser na estrutura produtiva tanto da roça quanto do maquinário, a estufa. E embora tais aspectos sejam discutidos com regularidade pelos fumicultores, há outro fator relativo às chuvas que protagoniza a *luta*. Cá nos referimos ao infame *porre de fumo*, ou *pileque de fumo*, condição que Jararaca e outros fumicultores e fumicultoras se referiam como “muitas vezes pior que qualquer porre de cachaça”. Como pude aprender em primeira mão, alguns sintomas do *porre de fumo* são náusea, dores de cabeça e vômito por vezes da mesma cor que o verde vibrante do tabaco.

A relação entre o *porre de fumo* e o trabalho na roça durante a chuva é direta, porém não exclusiva, uma vez que, sob um espectro mais amplo, toda situação em que a planta está úmida (após a chuva, orvalho matutino) implica o potencial da doença. O que se passa é que o contato entre as folhas de tabaco úmidas e o corpo (muitas vezes molhado de suor) propicia a absorção dérmica da nicotina, substância hidrossolúvel, levando, no fim, a uma espécie de overdose de nicotina. As ciências da saúde chamam a condição de DFTV (Doença da Folha Verde do Tabaco) e principalmente a partir da atual década⁴⁷ pesquisas brasileiras a estudam, bem como sua (não)identificação na saúde pública nacional (OLIVEIRA et al., 2010; RIQUINHO e HENNINGTON, 2014; MARTINS et al., 2016; STROMOVSKI et al., 2018; CARGNIN, 2018).

⁴⁷ Em que pese a atualidade dos estudos brasileiros quanto à DFVT, há registros que apontam para sua constatação no século XVIII na Itália, além da consolidação de pesquisa nos EUA em meados dos anos 70 (RIQUINHO; HENNINGTON, 2014, p. 4798). Seria incoerente, porém, concluir que as fumageiras no Brasil não soubessem da doença antes da produção acadêmica nacional, uma vez que, cabe lembrar, as principais empresas são multinacionais de base estadunidense ou britânica, locais em que já no século passado se conhecia e se investigava a DFTV.

A constância, ou quase certeza, de que passarão pelas condições debilitantes provocadas pelo *porre de fumo* não necessariamente abala fumicultores e fumicultoras⁴⁸. Com isso não se espera declarar que não se descontentam com tal perspectiva, algo que obviamente ocorre. Pelo contrário, o objetivo da afirmação é chamar atenção ao fato de o *porre de fumo* não é um efeito secundário ou colateral da fumiicultura, senão parte integrante e inseparável do que chamam de *luta do fumo*.

Aliás, o *porre* tem uma valia sociológica peculiar. Após eu ter tido meu *pileque de fumo* devido, muito provavelmente, ao trabalho de *quebrar* fumo sob a chuva, alguns dos demais fumicultores que conheci sabiam que eu passara pelo episódio antes mesmo de eu comentar. Dali em diante eu era às vezes apresentado ou identificado como o “rapaz de bigode que tomou *porre* lá no Ari”.

Certa feita, Solange e Lídia, respectivamente, sogra e nora entre si, comentavam o sofrimento que o *porre* lhes causara à noite. “Ai, Lídia, Tava tudo girando quando deitei. Aí acendi levantei, acendi a luz e vi que tu tava com a tua acesa também”. Ambas haviam dormido pouco e mal por causa do fumo, e era fitando a roça, pouco antes de a ela retornarem que as duas conversavam. Não é à toa que no Alto Vale do Itajaí diz-se que “o fumo não espera”.

Quando no primeiro capítulo discutíamos instâncias indomáveis dos agrotóxicos uma das causas dessa perda de controle dos efeitos químicos advinha da aplicação das substâncias em condições ambientais adversas, contrárias às indicações dos produtos. Os fumicultores certamente conhecem tais instruções, informações fáceis de lembrar se comparadas às fórmulas químicas dos compostos agrícolas que sabem decor. Muitas vezes tais “equivocos” acontecem, portanto, devido ao desencontro entre calendário de *serviços* que se estabelece e as variações ambientais que emergem durante as jornadas.

Assim, nos termos de percepção-ação que discutíamos anteriormente, durante a aplicação dos agrotóxicos muitas vezes a percepção sintonizada com o ambiente – a atenção aos ventos, à chuva e à umidade – deve ser negligenciada. Se o correto é evitar a aplicação concomitante à ação de ventos que sopram contra quem aplica o *veneno*, devido à possibilidade de contato e intoxicação, não se pode afirmar que tal cuidado seja

⁴⁸ Há aqueles que dizem não ser afetados pelo *porre de fumo*. Geralmente são homens adultos e fumantes, seja de palheiro, de cigarros de papel ou de ambos. Do lado dos mais afetados estão crianças e mulheres, classificados como “menos resistentes” ou “mais fracas”. É preciso destacar o fato patente de que a distinção, em especial a que diz respeito ao gênero, dá-se através de uma miopia masculina quanto à menor ocorrência de mulheres fumantes e o conseqüente descompasso estatístico entre homens e mulheres acostumados ao consumo de nicotina advindo do hábito de fumar.

praticado. É evidente que os fumicultores conhecem o perigo e percebem as dinâmicas dos ventos, do mesmo modo, todavia, que buscam cumprir prazos produtivos que eles mesmos estipulam e que, embora minimamente flexíveis, não podem ser relegados ao segundo plano com demasiada recorrência. Caso notem condições adversas ao *serviço*, os fumicultores podem deixá-lo para outro dia. No entanto, as condições ambientais, bem como os *serviços*, são muitas e variadas e, portanto, a tolerância à maleabilidade do trabalho é limitada. Em algum momento tal ou tal *serviço* deve ser realizado e esse fato tenderá a ignorar os modos que a atividade desempenhada é interferida pelo ambiente.

Dentro do processo de aplicação de agrotóxicos, talvez a percepção mais prontamente notável seja da ação do pulverizador costal – ou bomba costal – sobre o corpo daquele que o utiliza, fato que se torna compreensível por meio do nome que muitos lhe atribuem. Apelidam-no de *judeuzinho*, porque ele *judia*, machuca, devido ao peso que quando repleto de *veneno* imprime às costas dos trabalhadores. Como diz Ingold, as coisas não são seus atributos, mas aquilo que narram (INGOLD, 2015, p. 101). Tal é o caso do *judeuzinho*, nome que conta não o que o pulverizador é, mas o que faz. Aliás, o que faz e com quem faz, ou seja, em relação ao humano que com ele se acopla. Somente durante a redação da monografia, relendo o caderno de campo, lembrei que a roupa que João normalmente usava durante a aplicação estampava a imagem de Nossa Senhora, fato que permanecerá aqui apenas curioso.

Não obstante, o ambiente certamente faz parte da pressa produtiva. Acima discorreremos acerca do perigo que representam as *pedreiras*, tipo de chuva comum no verão, época da colheita, convém rememorar o outro polo de perturbação na roça, o sol. Dias de muito sol e calor seguidos são responsáveis por *torrar* as folhas de fumo, secando-as para além do esperado. De modo geral, assim como as coordenações que conformam a roça são o que potencializam o crescimento do tabaco – tema do primeiro capítulo – certas dinâmicas que também entram em coordenação, como o sol e o granizo em determinadas quantidades, são possíveis ameaças aos planos produtivos⁴⁹. Em suma, tendo em vista as potências da relação entre o fumo, roça e variações climáticas, em certo momento satisfatório do crescimento das plantas o desejo de muitos fumicultores é rapidamente colhê-las com rumo direto à estufa, para a sequência da produção, dado que o fumo só pode ser estocado após seco, o que implica que antes do processo da estufa é

⁴⁹ Por isso, os mochões, elevações de terra na roça aonde as mudas de fumo são transplantadas, são feitos com base no conhecimento do escoamento de água durante as chuvas.

na roça que ele está “guardado”. Esse modo *on farm* de preservar é, no entanto, pouco seguro. Assim se explica também o aumento no número de estufas por propriedade, já que uma estufa a mais permite uma continuidade mais ágil e ampla do trabalho.

É plausível, enfim, compreender a expressão de que “o fumo não espera” como a imagem central de onde irradiam os fatores dispendiosos até aqui citados, como o trabalho na chuva, o porre do fumo, a pressa produtiva etc. Afinal, o andamento da produção obedece uma sequência prévia e posterior de operações ou, em outras palavras, um itinerário técnico (GUENIN, 2003 apud DI DEUS, 2017, p. 153) que nos revela de que maneira diferentes etapas se conectam e incidem umas nas outras, ainda que em graus distintos. No caso do fumo, a necessidade das atividades em condições desgastantes e perigosas é fruto da pressa e da pressão de uma espécie de relógio produtivo pautado pela estufa, algo que como esperamos argumentar, não emerge apenas nos momentos de sua operação (a cura das folhas de tabaco), mas que perpassa a efetivação dos diversos *serviços*. Tendo as conexões em mente, trabalhar na roça é também desde o princípio operar a estufa, o que, por sua vez, exige uma relação habilidosa que faça da co-operação com máquinas não apenas uma sujeição do humano à mecânica de um ou vários objetos, mas uma prática que efetiva o processo técnico amplo e que produz além de mercadoria, o trabalhador enquanto um agente social habilidoso (INGOLD, 2000, p. 323; SAUTCHUK, 2007, p. 183).

Antes de enfocarmos a estufa, vale dissertar acerca de como os diversos ritmos das práticas habilidosas e das pressões industriais se relacionam. Um pouco em contradição com o movimento teórico até aqui realizado, é preciso afirmar que ao se observar, descrever e analisar os *serviços* cotidianos não haveria sentido em simplesmente suprimir uma perspectiva do trabalho [*labour*] em geral associada à disciplina técnica e temporal da indústria, em prol da primazia das tarefas [*tasks*] enquanto única dimensão de atividades sensíveis e habilidosas voltada a práticas tradicionais, junto a ambientes habitados. É verdade que a princípio a possibilidade da distinção é plausível em certos momentos e aspectos, porém, como ressaltamos há pouco, diferentes etapas produtivas não são esferas apartadas umas das outras. E, se assim concluíssemos, a dualidade opositiva entre habilidade e trabalho se acirraria, algo que etnografias voltadas às técnicas contestam inclusive na industrialização rural (DI DEUS, 2017).

O que se espera notar nesta seção é como as tarefas habilidosas são convertidas em trabalho, transformação constante cujas implicações sociológicas dentre as elaborações nativas acerca da mão-de-obra na *luta do fumo* as quais serão abordadas na

seção seguinte. Com o objetivo acima em mente, a estufa se torna o centro da conversão, vide o fato de ela concentrar diferentes operações da produção, algo que Dionísio em sua pesquisa de história oral junto aos fumicultores do Vale do Rio Tijucas, SC, condensa como o “compromisso com a estufa” (DIONÍSIO, 2016, p. 183).

De fato, enquanto se *quebra* fumo na roça, algo que há na mente daqueles que trabalham é a atenção a um limite de quantidade de folhas que cabem em uma ou duas *estufadas*, isto é, o volume de folhas que ocupam a estufa durante o processo de cura. Outro “compromisso” fica nítido quando se nota o fato de alguns galpões – dentro dos quais normalmente a estufa é construída – terem uma cama. A presença do leito se explica pela rotina de cuidado com a temperatura ao longo da noite e da madrugada, algo que quando negligenciado pode levar a incêndios como aquele que narramos na propriedade de Silvio, que, na verdade, ocorreu apesar da atenção constante relatada⁵⁰.

Aliás, é a propósito de como o ritmo relaciona roça, galpão (e com ele, a estufa) e a casa que podemos discorrer sobre algumas decorrências da (agro)indústria na pequena propriedade agrícola, mais particularmente, fumicultora. Esse movimento pretende dar continuidade à demonstração argumentativa de como as diversas atividades na roça do fumo são traduzidas em valor de mercadoria, sem que a conversão seja derradeira ou despercebida. A fim de que a monografia siga essa direção é preciso retomar alguns pontos do primeiro capítulo.

Observamos no capítulo 1 o que era uma *taskscape*, essa paisagem de atividades interligadas cujas ações são forjadas pela socialidade que as conectam em ressonância. Para Ingold, esse modo de estar no, e fazer o ambiente é chamado de perspectiva do habitar (INGOLD, 2000, p. 329) [*dwelling perspective*]⁵¹. Ao passo que a noção de *taskscape* é aventada através da análise de uma paisagem de serviços em uma lavoura em uma pintura de Bruegel (INGOLD, 2000, p. 202), quando faz do trabalho industrial seu objeto de estudo Ingold opõe a definição anterior com a de perspectiva de mercadoria [*commodity perspective*] (INGOLD, 2000, p. 329), cujos elementos relacionais não seriam tarefas [*tasks*], mas trabalho [*labour*], organizado e medido de forma extrínseca

⁵⁰ Existem hoje reguladores elétricos e automáticos da temperatura da estufa, porém não tive contato com tais modelos durante o trabalho de campo.

⁵¹ Para Ingold, a perspectiva do habitar é uma que “trata a imersão do organismo-pessoa em um ambiente ou mundo de vida enquanto uma condição de existência inescapável” (INGOLD, 2000, p. 153). Em um primeiro momento, o autor a opõe à perspectiva da construção [*building perspective*] com a qual em sua opinião domina a antropologia e preconiza a ideia de que o mundo a se viver deve ser primordialmente construído mentalmente, sendo objetos e ações apenas a concretização de formas concebidas por humanas e impostas à materialidade circundante.

às suas ações, por meio de cálculos relativos ao relógio e seu tempo quantificável e, portanto, conversível em quantia de salário.

Fundamentado no clássico estudo do historiador E. P. Thompson (1967)⁵², sobre as correspondências nas transformações na disposição do tempo e na disciplina trabalhista que emergem com a revolução industrial, Ingold se debruça sobre os lugares em que a temporalidade das atividades não é ordenada pela operação do relógio, lugares em que “nos sentimos em casa”. Para tal, recusa aceitar que uma perspectiva baseada em tarefas [*tasks*] tenha sido completamente obliterada pela industrialização e, por conseguinte, leva a cabo à expressão anterior quando elege o lar/casa [*home*] como um exemplo cotidiano onde se realizam tarefas (INGOLD, 2000, p. 330).

O mote argumentativo inclusive estende a noção de lar (e suas tarefas) para além de ambientes de conforto, sendo lar qualquer ambiente com o qual se desenvolve uma interface de habilidade através da prática. O objetivo do autor é negar a identidade da industrialização enquanto a mecanização das forças produtivas através da dissolução de práticas habilidosas e criativas nos cenários de trabalho. Seu objetivo é demonstrar o contrário, isto é, destacar precisamente a permanência⁵³ do caráter habilidoso e sensível como a potência produtiva da qual se aproveita a industrialização, convertendo constantemente (mas sem apagar) as relações habilidosas entre pessoas, ferramentas, máquinas em valor de mercadoria. Para Ingold, nem a perspectiva do habitar, nem a perspectiva da mercadoria podem ajudar a entender a dinâmica da sociedade industrial, uma vez que ela “se baseia na relação dialética entre essas duas perspectivas” (INGOLD, 2000, p. 333).

Com base nos aspectos listados ao longo da seção e que singularizam a *luta do fumo*, convém retornar à noção nativa de ritmo. Os *serviços* do fumo não considerados os mais *pesados* na região – nunca descobri quais ocupariam tal posto –, algo que os próprios interlocutores e interlocutoras me disseram e que Paulilo no fim do século XX já ouvira dos fumeiros do Sul catarinense (PAULILO, 1990). Portanto, o dispêndio, o cansaço que a noção local de *ritmo* se refere não está concentrada em uma ação, mas na sucessão

⁵² Dionísio realiza também um paralelo com Thompson: “Assim como o relógio passou a regular o cotidiano dos trabalhadores fabris analisado por E. P. Thompson em *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*, o tempo das estufas para suprir matéria-prima à indústria fumageira pautava a rotina familiar” (DIONÍSIO, 2016, p. 184).

⁵³ Aqui Ingold se fundamenta no conceito de “irreducibilidade técnica” de François Sigaut, o qual aponta para o fato de que não é apesar de transformações nas ferramentas, máquinas e demais objetos que o ser humano desenvolve práticas e ações criativas e inovadoras, senão através dessas constantes mudanças que os humanos agenciam (SIGAUT, 1994).

de *serviços* e na sua excessiva ininterrupção. Na época da safra, diferente de outros cultivos, trabalha-se na roça sob chuva, trabalha-se à noite embonecando fumo e cuidando da temperatura da estufa etc. O “ritmo diferente” do qual me alertou Alfredo decorre, a meu ver, do senso local de que a variedade de atividades na roça as quais dizem respeito a diversos materiais e dinâmicas vitais através relações habilidosas são canalizadas para a uniformidade produtiva da estufa.

Assim, o ritmo é o ponto de tensão que revela aquilo que Ingold propõe enquanto a dialética entre uma perspectiva do habitar e outra da mercadoria. Assim, se o autor questiona a noção marxista de que “os trabalhadores perdem o contato com os ritmos de seus próprios corpos no momento em que seus poderes físicos, alocados em serviço do capital” (INGOLD, 2000, p. 331), acreditamos que a fumicultura avança na crítica ao oferecer um contraponto. Aqueles que *lutam com o fumo* não apenas não perdem contato com os ritmos, como fazem deles o principal modo de ressaltar as coisas que consideram problemáticas no cotidiano de *serviços*.

Ademais, o caráter *interativo* do *serviço* (discutido no primeiro capítulo) prontamente coincide com o projeto ingoldiano de “ressaltar a multiplicidade de ciclos rítmicos (no lugar da concepção unilinear ou de um ciclo regular)” (SAUTCHUK, 2007, p. 46), e no entanto, parece estar implicada na dialética certa convergência que uniformiza parcialmente os distintos ritmos visando os resultados produtivos. A atenção que os fumicultores dão ao ritmo (no singular) soa, enfim, como a sensação de que os modos com os quais (co)habitam a roça são convertidos na uniformidade da produção da mercadoria folha de tabaco, mediada pelo “compromisso” com a estufa, o qual atravessa os mais diversos *serviços*, desde a roça ao galpão.

É necessário chamar atenção, no entanto, ao fato de que a estufa não deve ser encarada enquanto uma esfera conversora de habilidades em mercadorias. Tal perspectiva a apartaria do itinerário técnico amplo na roça, sendo que, nossa pretensão era de apontá-la enquanto uma infraestrutura que provê o enquadre de ações coerentes e incoerentes com a cadeia produtiva do fumo e que, portanto, permeia difusamente o cotidiano de *serviços*. Assim, o crescimento das mudas de tabaco é, desde o começo, um processo técnico de cultivo de mercadorias.

Em suma, a dialética ingoldiana aqui destacada na fumicultura do Alto Vale do Itajaí pela ritmicidade da *luta do fumo* é paralela à dinâmica de acumulação de resgate de Tsing. Ambos autores buscam recusar a distinção entre tradicional e moderno como a subjacência entre modos de vida e de produção, respectivamente, não-capitalista e

capitalista. Se Tsing (2015), ao estudar as conexões globais que emergem da coleta de um escasso cogumelo, constata que processos às margens do capitalismo são traduzidos em valor capitalista, Ingold (2000) atesta que mesmo dentro da fábrica, arquétipo capitalista, as relações entre trabalhadores e máquinas excedem a abdução e automatização da força de trabalho humana, resistindo mediações habilidosas entre ambos, imprescindíveis, na verdade, para a perpetuação da industrialização. Convém agora, por conseguinte, observar que contradições se apresentam em meio às dinâmicas capitalistas na fumicultura.

2.3. A (agro)indústria em questão: a mão-de-obra, o *camarada* e o ritmo

Chovia, mas já não era tempo de colheita, então, felizmente, não precisávamos ir à roça. Era maio. Todos os fardos de fumo de Paulo, Inês e Guilherme haviam sido vendidos. Chegara a hora de iniciar um novo ciclo e eu estava com a família no dia de semear o tabaco nas bandejas, atividade feita no galpão, onde a chuva não passava de frio e de um forte ruído. Galões de 100 litros de água serviam como colunas que erigiam tábuas de madeira e as juntavam a fim de formar um apoio para as bandejas de isopor à altura da cintura.

Guilherme trouxe consigo uma lata metálica a qual furou e abriu para dispor de pequenas esferas cromadas em um estranho azul. Logo entendi que aquelas eram as sementes do fumo. Aliás, cada *firma* tem sementes de cores diferentes. A família lembrou ao menos de sementes azuis, vermelhas, verdes e amarelas. Quase um arco-íris de sementes industriais. É um jeito estranho de pensar biodiversidade, mas no sentido dos fumicultores não o deixa de ser.



Fotografia 4 – Sementes que sobraram após a semeadura. O pote foi guardado na geladeira.

O *serviço* não era considerado árduo, no entanto foi ali que ouvi algumas queixas instigantes a respeito da *luta do fumo*. Enquanto trabalhávamos, Paulo, Guilherme e Inês iam fazendo a conta de quanto haviam lucrado com a safra que passou. A matemática se organizava da seguinte maneira. Primeiro se postulava o valor bruto que a venda das folhas havia obtido e, em seguida, descontavam-se os valores referentes aos insumos de produção adquiridos para a safra, ou seja, agrotóxicos, adubos, sementes etc. Até aí a equação me parecia previsível, porém a sequência do cálculo surpreendeu o etnógrafo.

Com o valor “x anual total” que restou após a subtração do custo dos insumos, Paulo, quem narrava o cálculo, prosseguiu dividindo por três em referência aos três integrantes da família de modo que cada um tivesse uma soma anual de “x total/3”. Para fins explicativos chamemos esse de “x anual individual”. Por fim, ele realizou outra fração, essa relativa aos meses, sendo “x anual individual/12”, ou resumidamente “x mensal individual” (“x anual total/3/12”). Em outras palavras, Paulo estimou um salário para sua família⁵⁴. Como se tal cálculo não fosse suficientemente inesperado por parte de

⁵⁴ Aliás, convém notar que a equação de Paulo configura hipoteticamente e uma situação salarial sem décimo terceiro, instituído no Brasil há mais de 50 anos, em 1962 através da lei nº 4090. Em que pese a

um etnógrafo que até então acreditava estudar produtores rurais não assalariados, mas de estrita venda de tabaco na forma de mercadoria, Paulo prosseguiu com o coro quase imediato de Inês e Guilherme: “Isso sem contar a mão-de-obra!”.

De volta ao diário de campo percebi que essa frase, ou de forma mais ampla toda indignação, a respeito do não reconhecimento da mão-de-obra não eram exclusividades da família descrita acima. É acerca do problema da mão-de-obra que se centra esta última seção. Nesse sentido, será preciso fazer algo que pouco fizemos até aqui e que os fumicultores constantemente fazem, isto é, extrapolar a fumicultura, tendo em vista outras agriculturas ou trabalhos. Assim, pretende-se prosseguir na abordagem que questiona como se constitui certa agroindústria por meio do exame das contradições que articulam campesinato e proletarização rural e empresas fumageiras.

Com efeito, a equação de estilo salarial e o clamor pelo pagamento de uma suposta mão-de-obra abalaram algumas concepções construídas ao longo da pesquisa. Até o momento o que se notava era a culminação da condição generalizada do *serviço* nas folhas de fumo. Ademais, aquém do fato de a estufa ser o núcleo para onde converge a dialética entre o habitar e a produção de mercadoria e a máquina de onde sai a forma comerciável do fumo, deve-se lembrar que, graças ao difundido “seguro de fumo”, torna-se impraticável a afirmação de que na roça – lugar único dentro da cobertura desse gênero de apólice – o fumo ainda não é mercadoria, afinal já passou por uma estimativa técnica da fumageira que especula o futuro valor de troca que renderá quando vendido à empresa.

Resumidamente, a caracterização da produção fumageira passava pela produção independente dentro do sistema integrado em que, efetivadas todas as etapas de compra e venda, o fumicultor recebia em dinheiro o valor relativo à mercadoria produzida, nesse caso, as folhas de fumo curadas. Não há, e isso é reforçado por ambos, integradora e integrados, vínculo empregatício, fator debatido no primeiro capítulo junto dos temas do *ethos* do trabalho e seu cunho de liberdade. Como, então, explicar o fato de que esses mesmos fumicultores e fumicultoras reclamam por não receberem um centavo por sua mão-de-obra?

Na plateia de uma partida de futebol, Jararaca comentava comigo a respeito do período em que trabalha com o irmão – de apelido Coalhada – na safra da cebola. Nessa temporada, os irmãos se tornavam *camaradas*. Vale recordar que a forma de trabalho do *camarada* se estabelece através de uma contraprestação monetária e pré-estabelecida

curiosidade que tal ausência despertou, é corriqueiro que boa parte dos trabalhos rurais não desfrutarem de tal instituição por inúmeras razões.

normalmente pela diária (média relatada atual de R\$ 100,00 a R\$ 120,00). Assim, quando realizam *serviços* em diferentes fases da safra da cebola, os irmãos são pagos integralmente pelo que chamam de mão-de-obra.

A partir de então comecei a notar a recorrência de fumicultores – donos de terra e de produção de fumo – que trabalham também em certas épocas e atividades do cultivo da cebola enquanto *camaradas*, em especial jovens que buscam capital próprio. Na verdade, de modo geral a presença ou a relação do *camarada* com a fumicultura passa a ser relevante à análise, dado que muitos já trabalharam nesse regime e tantos outros contratam *camaradas* nas etapas de colheita do fumo. No mínimo, o convívio entre a fumicultura e sistema de *camarada*, bastante comum no Alto Vale do Itajaí, torna coerente a penetração da estima da mão-de-obra dentro de um sistema de compra e venda.

O *camarada* configura algo similar àquilo que Giralda Seyferth encontrou no interior do Baixo Vale do Itajaí nos anos setenta e oitenta sob a alcunha de *alugado*. A antropóloga o definia como “um operário que permanece morando no campo, numa casa que é sua, mas que não possui terras para plantar” (SEYFERTH, 1984, p. 93). Na pesquisa em questão Seyferth realiza, através de um campo próximo ao nosso, a discussão acerca da categorização do camponês-operário em um cenário de indústria no mundo rural. É com esse debate que pretendemos dialogar, levando em conta certamente as diferenças expressas entre ambos campos.

Nesse tema em particular, os estudos de Seyferth (SEYFERTH, 1984, 1992) se voltam para Guabiruba, pequeno município catarinense adjacente a dois polos fabris (Brusque e Blumenau). Por razões de herança e de distribuição de terras, além de outros motivos, vários agricultores transformavam parte de seu dia em turno em uma das fábricas nas cidades vizinhas. Assim, o objetivo da antropóloga era observar como a tensão entre ser camponês ou operário assalariado, ou mesmo ser um *e* outro, constituía o processo de permanência no campo sob a égide étnica de resistir sendo *colono* antes de mais nada.

De nossa parte, é preciso notar que no Alto Vale do Itajaí quando se fala de indústria não se está opondo ou excluindo a agricultura. Pelo contrário, refere-se com frequência ao que chamam de agroindústria familiar (caso da fumicultura), dada a proeminência de minifúndios na região. No Alto Vale não há necessidade de deslocamento diário, afinal a indústria na qual se trabalha está na roça e no galpão ao lado da casa. Parece difícil, contudo, afirmar que a expressão “camponês-operário” que utiliza Seyferth continue frutífera em nosso caso, por isso optamos por uma leve recuada que

permita uma espécie de chão comum para a comparação entre diferentes contextos de interface entre camponato e indústria, qual seja o de camponês-industriário.

Contexto	Tipo industrial	Condição ideal	Objetivo
Guabiruba (anos 70)	Fábrica (distante do campo)	Temporário ⁵⁵	Permanecer <i>colono</i>
Alto Vale do Itajaí (2019)	Agroindústria (no campo)	Permanente	Permanecer <i>colono</i>

Tabela 1 – Comparação entre contextos de camponeses-industriários com base na pesquisa de Seyferth (1984, 1992) e na nossa.

A tabela acima resume a comparação entre ambos cenários de camponeses-industriários. Primeiramente, é importante ressaltar o simples fato da diversidade de fatores implicados nessa categoria, algo que contesta narrativas que apontam a industrialização como uma homogeneização simplificadora. Em seguida, convém mirar o aspecto comum entre ambos casos, ou seja, isso que vulgarmente chamamos de objetivo. O objetivo de Seyferth era precisamente apontar como as comunidades étnicas de *colonos* teuto-brasileiros não podiam apenas ser cindidas por categorias trabalhistas de camponeses, camponeses-operários e operários⁵⁶. Apesar da veracidade de diacríticos e das transformações, a análise se voltou para um plano compartilhado e persistente por meio da categoria de *colono*. No fim, o trabalho assalariado contribuía na medida do possível com a perseverança familiar no campo.

Da perspectiva tabacaleira esse aspecto não soa distinto. Muitas vezes ouvi, após queixas e mais queixas acerca do fumo – algumas das quais vimos na seção passada – que ao menos o tabaco deixa o “colono ficar na terra” e “trabalhando na terra”. Ao longo

⁵⁵ Seyferth destaca que alguns interlocutores que afirmavam que o trabalho nas fábricas era apenas uma condição temporária, já estavam nessa condição há décadas, sem, no entanto, mudar o discurso (SEYFERTH, 1984, p. 87).

⁵⁶ Embora se espere que o argumento esteja difuso ao longo da monografia, vale salientar que o caráter conjuntivo da análise pelo qual Mintz (1974, p. 300) advoga quando estuda articulações históricas e estruturais entre proletariado e camponato, implica também recusar que o apenas a primeira categoria seja vista como subordinada e transformada por forças capitalistas. Aqui nos detivemos principalmente sobre o camponato em processos capitalistas, problemática que Wanderley une àquela proletária da seguinte forma: “não resta dúvida, igualmente, que o capital não proletariza a totalidade da força de trabalho, particularmente na agricultura. Sustentar que esta força de trabalho não proletarizada é algo pré ou não capitalistas, mesmo quando se introduz a referência à subordinação do capital, é explicá-la, de um certo modo e em graus diferentes, como outra coisa que o capital, estranha a ele, embora lhe seja útil ou necessária” (WANDERLEY, 1985, p. 37).

da monografia ressaltamos menos o caráter étnico que o termo *colono* acarreta, foco de Seyferth. Nosso núcleo esteve na roça e não é diferente para a autoafirmação do *colono*. Em nossa pesquisa cerca de metade nos interlocutores não afirmava ascendência alemã ou italiana e, ainda assim, autodenominavam-se *colonos*. Talvez aqueles de ascendência teuto-brasileira se sentissem contrariados, mas a verdade é que não sabemos, simplesmente porque não tocamos no tema quando em campo.

O que sabemos é que de modo amplo e discutível *colono* é quem trabalha nas roças do Alto Vale do Itajaí. Há *colono* proprietário, há *colono camarada*. Há *colono forte e fraco*, isto é, rico e pobre. Deve-se excetuar grupos negros rurais relativamente fechados em si, chamados de *caboclos*. No entanto, mesmo aí a discussão é complexa, já que parece operar uma gradação colorista que passa da proximidade da branquitude à negritude na sequência classificatória de *brasileiros*, *morenos* e *caboclos*. Nesse sentido, alguns dos *colonos* com que estivemos são considerados *brasileiros*. Portanto, não desprezamos o componente étnico presente, mas enfocamos a identidade do *colono* enquanto identificação entre humano e roça através de atividades práticas que chamam de *serviços*.

De volta à questão do *camarada*, vale recordar que Mintz quando estudava as diferenças entre os trabalhadores das plantations coloniais do Caribe, percebeu que a oposição entre os proletários livres e os escravos limitava a compreensão do fenômeno geral e contínuo que era a mobilização de mão-de-obra para as plantações (MINTZ, 2003). O mesmo parece ser verdade para o caso da fumicultura, pois em vez de opor *camaradas* e proprietários, o processo sociológico vigente faz da remuneração dos primeiros – pagamento pela mão-de-obra – o código pelo qual os segundos enxergam sua própria relação (desvalorizada) com as empresas fumageiras.

Cabe, em seguida, especificar que relação é essa que os fumicultores identificam como não reconhecida pecuniariamente. Antes de qualquer postulado sociológica acerca de força de trabalho e de sua exteriorização e transformação em mercadoria, trata-se daquilo com que iniciamos este capítulo, o ritmo. Na primeira seção aprendemos como o ritmo em uma perspectiva conceitual é a sintonização entre percepção e ação, de modo a efetuar determinada tarefa, ou seja, ritmo é uma relação habilidosa e eficaz. Na segunda seção nos voltamos ao uso nativo da expressão *ritmo* como diferencial da *luta do fumo*. Nesse sentido, o *ritmo* do fumo diz respeito ao dispêndio da ininterrupção das tarefas e à tensão com que habilidades e técnicas são traduzidas em valor de mercadoria na folha do tabaco curado na estufa.

Logo, o ritmo, em suas duas principais facetas aqui descritas e analisadas é ao mesmo tempo, segundo agricultores e agricultoras, o principal fator gerado e tensionado no cotidiano produtivo e, ao mesmo tempo, a dimensão sem reconhecimento ou contrapartida por parte das *firmas*. Assim, fica nítido que o presente capítulo aborda menos quem são os sujeitos fumicultores, mas quais contradições vivem, algo que passa pelas práticas descalças na roça, pelos *porres de fumo* e, enfim, pelo descontentamento com o que chamam de mão-de-obra. Por isso a noção de camponês-industriário, porquanto ela pode auxiliar a enxergar as contradições entre modalidades diferentes de trabalho que são, na verdade, porosas e se constituem mutuamente em meio àquilo que se chama indústria. Desse modo, a indústria deve ser intrínseca aos modos como camponeses e proletários rurais convivem e se articulam e, portanto, que apenas finge ser simples ou simplificadora, sendo, de fato, fruto da objetificação das forças de produção sociais (INGOLD, 2000, p. 311).

Nossa tarefa aqui seguiu o conselho de Ingold (ibid.) de ir à contrapelo dessa objetificação, demonstrando como as contradições vividas extrapolam esferas ideológicas e discursivas – se é que elas existem assim autonomamente – e adentram as práticas e técnicas na roça. Di Deus resume da seguinte forma o empreendimento intelectual ao qual nos juntamos quando preconiza o estudo do trabalho rural voltado “sobretudo para o fato de que as relações sociais de produção são diretamente conectadas às relações que emergem na produção, nos processos produtivos, essencialmente e antropológicamente técnicos” (DI DEUS, 2017, p. 40). É assim que se espera ter demonstrado como a agroindústria não deixa de ser um campo de tensões e criatividade em que o conjunto de pessoas, tarefas, máquinas e plantas se tornam sensíveis, inteligíveis, desgastantes, ingratos, valorosos enquanto são traduzidos em mercadoria e valor por uma acumulação de capital que captura potências humanas e não-humanas.



Considerações finais – A roça e a indústria

É difícil encontrar juntos os termos que subintitulam essas considerações finais. Quando ocorre algo parecido com tal conjugação, seja ela apaziguadora, como na autopromoção da agroindústria, seja ela combativa, como nas peças que criticam essa publicidade, a roça parece sumir, ser dissolvida pela ideia de indústria, a qual, transformada, no máximo, em lavoura ou plantação. Talvez o fato seja que Brasil afora, o termo “roça” atue como referência ampla ao interior, como em “vir da roça” ou “ser da roça”, referindo-se à ruralidade de algo ou alguém⁵⁷. Somada a essa circunstância está a associação comum entre indústria e meio urbano. É certo, outrossim, que os estudos brasileiros acerca da economia e sociologia rural e da antropologia do campesinato se debruçam sobre a consolidada indústria agrícola. O que parece faltar ou desaparecer em meio a essas pesquisas é a roça.

É na contramão dessa tendência que a monografia espera ter se movido. Nosso objetivo, ainda que nebuloso a princípio, era estudar como se imbricam roça e indústria. Faz-se necessária, portanto, uma circunscrição que além de situar um universo de pesquisa bem definido, insere-se no argumento de que a relação entre roças e indústrias emerge constantemente em diversas formas e forças. Nesse sentido, o que nos coube foi a fumicultura no Alto Vale de Itajaí. Tal cenário intrigava ao congregar minifúndios, propriedade da terra por parte dos agricultores e mão-de-obra familiar com uma estrutura transnacional de provisão de insumos e de assistência técnica dentro de um sistema contratual de compra e venda de mercadorias entre agricultores e fumageiras.

Ao longo do trajeto da monografia pudemos descrever e debater diversas práticas que compõem a agroindústria fumageira. No primeiro capítulo vimos como a lógica local que versa sobre os *serviços* é compartilhada com demais seres e materiais, como aves e agrotóxicos em uma paisagem onde se destacam ações cujos responsáveis podem ser permutados. Essas presenças não-humanas proporcionaram uma oportunidade de reconsiderar como opera a ética do trabalho entre os camponeses sulinos, a partir de uma extensão da condição de trabalho aos agrotóxicos e animais. Com foco nos agrotóxicos, observamos seus efeitos fugirem do controle produtivo, fato análogo à suposta

⁵⁷ Ver Silveira e Fiúza (2014) para um comentário acerca da “roça” como índice de identidade rural em oposição à urbanidade, além de uma breve genealogia do conceito nos estudos rurais brasileiros.

insubmissão dos agricultores ao vínculo com as fumageiras. Concluimos o capítulo discutindo práticas alternativas de fumicultura marginais – mas não integralmente opostas – ao sistema integrado e que existem como efetivações de coordenações multiespecíficas distintas permeadas por processos e trajetórias sociológicas de relação patronal.

Após um interlúdio, o segundo capítulo se volta às práticas que acontecem dentro da roça e que dela transbordam. Assim, o ritmo, enquanto categoria analítica e nativa, oferece um enquadre que atenta às maneiras pelas quais o acoplamento entre percepção e ação são fundamentais para a produção e como, para isso, devem ativamente ignorar os equipamentos de proteção individual. Em seguida, alguns índices do *lutar com o fumo* são elencados (trabalho na chuva, granizos, intoxicações e ininterrupção da jornada) tendo em vista sua convergência rumo à estufa de secagem, responsável principal pela dinâmica que converte a habitabilidade de um ambiente (a roça) em produção de mercadoria. Finalmente, descreve-se o debate local sobre a valorização da mão-de-obra, oriundo em parte do contato com a forma agrícola de trabalho de *camarada*. Nessa direção, a categoria de agroindústria – congregando diferentes categorias de trabalho rural – é trazida à baila a fim de ocasionar a comparação com um contexto passado de industrialização no interior catarinense e demonstrar como a produção industrial se baseia em socialidades humanas e entre humanos e não-humanos.

O que esperamos ter evidenciado é que os estudos do mundo rural devem se aprofundar na imbricação entre populações interioranas e a ainda ascendente agroindústria, pois “quanto mais adentramos nas periferias da produção capitalista, mais a coordenação entre assembleias polifônicas e processos industriais se torna central à obtenção de lucro” (TSING, 2015, p. 24). É certo que há conflitos, algo que também demonstramos nas tensões entre fumicultoras e fumageiras, no entanto, há de se atentar aos modos com os quais ambos afluem, ainda que engasgadamente, rumo à concretização de dinâmicas vitais, como aquelas que, ao fim e ao cabo, fazem de estranhas sementes coloridas, amareladas folhas de tabaco.

Esse percurso, por sua vez, precisa ser enxergado junto aos materiais, animais e plantas que são parte de uma malha viva de ações em que a agência não está concentrada sobre um ou outro ente, mas amplamente distribuída na paisagem, só assim a comundo. Logo, a roça deve deixar de ser considerada enquanto um espaço onde as coisas acontecem, e emergir como um lugar que acontece (INGOLD, 2015). E é esse processo de acontecimento, essa vida no sentido ingoldiano, que é traduzida em capital em uma

conversão que não é extrínseca ou posterior ao processo, mas que se faz presente na infraestrutura dos itinerários técnicos, vide o compromisso com a estufa na fumicultura.

Outro ponto que releva a ambivalência das potências produtivas está na discussão sobre *serviço*. A categoria, articulada analiticamente às noções de tarefa/atividade [*task*] e habilidade [*skill*], leva a discussões que não separam trabalho de questões ambientais e multiespecíficas. Mantemos a aposta na continuidade de atitudes e ações entre humanos e não-humanos e acreditamos ser central a investigação dos conhecimento engajados de fumicultores e demais camponeses, independente de familiaridade com operações industriais, já que o domínio das técnicas, como qualquer outro, transforma-se, mas não se dilui.

Aliás, é a dimensão prática e laboral que tem sido negligenciada nas pesquisas sobre fumicultura, literatura com a qual dialogamos e para a qual esperamos contribuir. Em que pese o interesse nos efeitos do trabalho, particularmente na saúde de fumicultores e fumicultoras, o espírito investigativo parece não adentrar a roça. Certamente, muitos pesquisadores já ajudaram a *quebrar* fumo e tiveram também seus *porres*. Talvez, no entanto, enxergam o discurso a respeito da *luta do fumo* como a verdadeira instância refletida e reflexiva em que homens e mulheres pensam e comunicam o que vivenciam. De nossa parte, enxergamos os *serviços* como um sistema técnico que pensa através do concreto e da ação, como quando relaciona pés e solo encharcado. Não é diferente para o ritmo, que comunica pela distribuição e pela etiqueta de trabalhadores nas carreiras de fumo, a socialidade do trabalho.

Talvez o foco nas matrizes rítmicas da *luta do fumo* permita driblar dois argumentos opostos, mas que dissimulam a situação agrícola do Alto Vale do Itajaí. De um lado, torna-se viável contestar uma imagem da pequena agricultura familiar como oposta à agroindústria. De outro, podemos negar a perspectiva do livre-arbítrio que as fumageiras nutrem para justificar seu sistema integrado, demonstrando através de como o fato de as fumageiras não deterem terras – tomadas como principal meio de produção rural – não as exime de perpetuar uma infraestrutura de controle indireto do *serviço*.

Se as roças que conhecemos são processos, lugares que acontecem em interações constantes, vale destacar que parte do acontecimento são as fugas ferais de agrotóxicos, o ataque de pragas, os *serviços* de humanos e outros bichos, o crescimento de pés de fumo e outras plantas. Todos se desenvolvem intrincados e se enozam em dinâmicas de vida. Afinal, os *porres de fumo*, o desencontro entre flores e aves, a proliferação de agrotóxicos nas águas da região, a desvalorização da mão-de-obra são resultado de nós em que cultivo

e capital estão intimamente emaranhados. Um fato sobre nós que aprendi no Alto Vale do Itajaí, ainda que não com fumicultores, é o seguinte. A melhor maneira de desatá-los é saber como são feitos, pois a maioria dos nós contém em sua feitura o segredo do desmanche. É tempo de aprender sobre emaranhados entre humanos, plantas, animais e materiais, pois talvez a ciência demonstre que não há nó cego enquanto persiste vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINETTO, D.; PUCHALSKI, L.E.A.; AZEVEDO, R.; STORCH, G.; BEZERRA, A.J.A.; GRÜTZMACHER, A.D. Utilização de equipamentos de proteção individual e intoxicações por agrotóxicos entre fumicultores do município de Pelotas-RS. **Pesticidas Revista Ecotoxicologia e Meio Ambiente**, v.8, p.45-56, 1998.

AKRICH, M. Como descrever os objetos técnicos? **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4 (1), pp. 161-182, 2014 [1987].

ALMEIDA, G. E. G. **Fumo: Servidão Moderna e Violação de Direitos Humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005. 168 p.

ALMEIDA, J. F. **Bom Jardim dos Santos: plantas, religiosidades populares e seus fluxos em Guarani das Missões (RS)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 264 p.

AMAVI. **Aspectos que identificam o Alto Vale do Itajaí**. 2009. Disponível em: <https://www.amavi.org.br/arquivos/2012/revista.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

BECHELANY, F. **Suasêri: a caça e suas transformações com os Panará**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2017.

BOMBARDI, L. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

BRUSSI, J. D. E. **Trocando bilros: rendeiras e rendas em Canaan (Trairi – CE)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2015.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fisherman of St Brieuc Bay. In: LAW, J. (ed.), **Power, Action and Belief**. A New Sociology of Knowledge? London, Routledge & Kegan Paul, p. 196-233, 1986.

CARGNIN, M. C. S.; TEIXEIRA, C. C.; MANTOVANI, V. M.; LUCENA, A. F.; ECHER, I. C. Cultura do tabaco versus saúde dos fumicultores. **Texto e Contexto**, v. 25, p. 1-9, 2016.

CARGNIN, M. C. S.; ECHER, I.C.; SILVA, D. R. Fumicultura: uso de equipamento de proteção individual e intoxicação por agrotóxico. **Cuidado é fundamental**. Vol. 9(2): pp. 466-472, 2017. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5444>. Acesso em: 26 set. 2019.

CARGNIN, M. C. S. **Doença da Folha Verde do Tabaco: risco para trabalhadores rurais de um município da região Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Enfermagem). Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

CATÃO, B.; BARBOSA, G. C. Botos bons, peixes e pescadores: sobre a pesca conjunta em Laguna (Santa Catarina, Brasil). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 205-225, 2018.

CATÃO, B. Conferência. **VII Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**. Florianópolis, UFSC, 2019.

CORRÊA, A. L. B. **Utilização de Equipamento de Proteção Individual: o entendimento do produtor**. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

CONDE, S. F. **A Escola e a Exploração do Trabalho Infantil na Fumicultura Catarinense**, Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2016.

DI DEUS, E. **A dança das facas: trabalho e técnica em seringais paulistas**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2017.

DIONÍSIO, A. C. **Memórias de trabalho, veneno e fumaça: uma análise histórica sobre os impactos socioambientais da produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas (SC, 1970-2000)**. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DUTRA, É. J.; HILSINGER, R. A Cadeia Produtiva do Tabaco na Região Sul do Brasil: aspectos quantitativos e qualitativos. **Geografia Ensino & Pesquisa**. Vol. 17 (3), set./dez, 2013.

FAGUNDES, G. M. **Fogos gerais: Transformações Tecnopolíticas na Conservação do Cerrado (Jalapão, TO)**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2019.

FREHSE, F. Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização. **Civitas**. Vol. 16 (1): pp. 100–118, 2016.

GAN, E. **Time Machines: Making and Unmaking Rice**. PhD dissertation, University of California Santa Cruz, 2016.

GAN, E.; TSING, A. How things hold: a diagram of coordination in a Satoyama forest. **Social Analysis**, Vol. 62 (4), winter, pp. 102–145, 2018.

HAUDRICOURT, A-G. Domesticação de animais, cultivo de plantas e tratamento do outro. **Série Tradução** n. 7, PPGAS/DAN, 2013 [1962].

HAUDRICOURT, A-G. Nature et culture dans la civilisation de l'igname: l'origine des clones et des clans. **L'Homme** 4 (1): pp. 93-104, 1964.

HEEMANN, F. **O cultivo do fumo e condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais** [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

HESS, S. C. **Parecer técnico** - Análise técnica de laudos de análises químicas contemplando a presença de agrotóxicos na água de abastecimento público de municípios de Santa Catarina. 2019. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/levantamento-do-mpsc-aponta-que-22-municipios-do-estado-recebem-agua-com-agrotoxicos>. Acesso em: 28 jun. 2019.

HOLLIVER, G. **Agricultores experimentadores do semiárido paraibano frente ao dismantelo do mundo**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS, UFRJ, Museu Nacional, 2019.

INGOLD, T. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

INGOLD, T. Diálogos vageiros: vida, movimento e Antropologia. Entrevista concedida a Ana Leticia Fiori et al. **Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, São Paulo, n. 11, 2012.

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KOHN, E. **How forests think: toward an anthropology beyond the human**. Berkeley: University of California Press, 2013.

KOPPER-MÜLLER, G.; TAVARES, L. Panorama da fumicultura em folha no estado de Santa Catarina, Brasil. **Educação ambiental em ação**. Número 65, ano XVII, set-nov, 2018. Disponível em: <http://revista.ear.org/artigo.php?idartigo=3397>. Acesso em: 24 set. 2019.

LEFEBVRE, H. **Rhythmanalysis: space, time and everyday life**. New York and London: Continuum, 2007 [1992].

LEMMONIER, P. Introduction. In: LEMMONIER, P. (org.), **Technological choices: transformation in material cultures since the Neolithic**. Londres: Routledge, 2006 [1993].

MARTINS, V. A.; RENNER, J. D. P.; CORBELINI, V. A.; PAPPEN, M.; KRUG, S.B.F. Doença da Folha Verde do Tabaco no período da classificação do tabaco: perfil sociodemográfico e ocupacional de fumicultores de um município do interior do Rio Grande do Sul. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, Vol. 6 (4), pp. 206-210, out, 2016.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1852].

MATTOS DA FONSECA, L. Assentar gente e semente: etnografia da paisagem multiespécie do Assentamento de Reforma Agrária 12 de Julho, RS. Trabalho apresentado na **XIII Reunião de Antropologia do Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

MENASCHE, R. Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**. Vol. 53: pp 25-36, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Versão Preliminar do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território do Alto Vale do Rio Itajaí**, 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio011.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

MINTZ, S. W. The Rural Proletariat and the Problem of Rural Proletarian Consciousness. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 1 (3), abril, pp. 291-325, 1974.

MINTZ, S. W. Era o escravo de plantation um proletário? In: DABAT, C. (ed.). **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003, p. 117–146.

MÜLLER, J. M. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima)**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OLIVEIRA, P. *et al.* First reported outbreak of green tobacco sickness in Brazil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 26(12): pp. 2263-2269, dez, 2010.

PAULILO, M. I. S. “O peso do trabalho leve”. **Ciência Hoje**, Vol. 28 (5): pp.64-71, 1987.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Ed. da UFSC - SECE, 1990. 184 p.

RENK, A. **A Luta da Erva: um ofício étnico no Oeste catarinense**. Chapecó, Grifos, 1997.

RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, É. Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(12):4797-4808, 2014.

SANTOS, L. L. Uma reflexão sobre a pesca distante da dialética newtoniana: o cerco e a tainha. **Cadernos De Campo**. Vol. 25: pp. 151-175, 2016.

SANTOS, L. L. **Entre ritmos: as habilidades perceptuais de pescadores em paisagens multiespecíficas (vila do Pontal do Leste, Cananea - SP)**. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SAUTCHUK, C. E. **O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2007.

SAUTCHUK, C. E. Comer a farinha, desmanchar o sal: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico. **Série Antropologia**, DAN/UnB, 420, 2008.

SAUTCHUK, C. E. Introdução: Técnica e/em/como transformação. **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017, 500p.

SAUTCHUK, C. E.; SAUTCHUK, J. M. Enfrentando poetas, perseguindo peixes: sobre etnografias e engajamentos. **Mana**. Vol. 20 (3), pp. 575-602, 2014.

SCHENATO, S. 2018. As relações de trabalho na fumicultura em Rio do Sul/SC no século XXI. In: **III Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação: produção e democratização da Ibero-América**, Criciúma. Anais de Evento: III Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação: produção e democratização da Ibero-América. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense. Vol. 1. pp. 94-105, 2018.

SEYFERTH, G. A representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. **Boletim do Museu Nacional**. Vol. 37: pp. 1-33, 1982.

SEYFERTH, G. Camponeses ou Operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**. Vol. 29: pp. 73-96, 1984.

SEYFERTH, G. Trabalho assalariado, trabalho artesanal e campesinato. **Antropologia Social Comunicações do PPGAS**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 127-145, 1992.

SIGAUT, F. Technology. In: INGOLD, T. (ed.), **Companion encyclopedia of anthropology: humanity, culture and social life**. London: Routledge, 1994.

SILVEIRA, L. N.; FIÚZA, A. L. C. Roça e os múltiplos sentidos para o rural no Brasil. **Antropolítica**. Vol. 37: pp. 261-285, 2014.

SILVEIRA, R. L. L. A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n.2, p. 23-40, maio/ago. 2015.

SOUZA, L. A. **Análise do contrato de integração entre produtores de fumo e a indústria fumageira**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.

STORMOVSKI, D. C; BASSO, R. H; CAMPOS, R. A doença da Folha Verde do Tabaco e suas implicações para a saúde do trabalhador. **FisiSenectus**. Ano 6, n. 1: pp. 30-37, 2018.

THOMPSON, E. P. Time, work-discipline and industrial capitalism. **Past and Present**. Vol. 38 (1): pp. 56–97, 1967.

TROIAN, A., OLIVEIRA, S. V., DALCIN, D. EICHLER, M. L. O uso de agrotóxicos na produção de fumo: algumas percepções de agricultores da comunidade Cândido Brum, no município de Arvorezinha (RS). **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre (RS), julho, 2009.

TSING, A. L. **The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in the capitalist ruin**. Princeton University Press, 2015.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019a.

TSING, A. L. Methods for studying the more-than-human Anthropocene. Conferência, **VII Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**. Florianópolis, UFSC, 2019b.

WANDERLEY, M. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de difusão tecnológica**. Vol. 2 (1), jan/abr: pp. 13-78, 1985.

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. **Série Antropologia**, 111, 1991.

WOORTMANN, E. F. Família, mulher e meio ambiente no seringal. In: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. **Além dos territórios**. Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 167-200.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P. et al (org.), **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Vol. 2: Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: Editora Unesp, 2009.